

**REGIMENTO DE UNIDADE**  
**PROCESSO 2009.1.480.18.5 - ESCOLA DE ENGENHARIA DE**  
**SÃO CARLOS**



ATAc-15/2011  
GRMC/mampb


São Carlos, 2 de junho de 2011.

Magnífico Reitor,

Levamos ao conhecimento de Vossa Magnificência que foi aprovada pela Egrégia Congregação da Escola de Engenharia de São Carlos, na 545ª reunião, sessão de 6/5/2011 a Proposta de Alteração do Regimento desta Escola, a qual encaminhamos em anexo para ser submetida à apreciação do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo.

Na oportunidade renovamos nossos protestos de consideração e apreço.

Cordialmente,



Geraldo Roberto Martins da Costa  
Diretor

Ilustríssimo Senhor  
Professor Titular João Grandino Rodas  
D.D. Reitor da Universidade de São Paulo  
São Paulo - SP

TÍTULO I  
DA CONSTITUIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO I  
DA CONSTITUIÇÃO

**Artigo 1º** - A Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), criada pela Lei Estadual 161, de 24 de setembro de 1948, e estruturada pela Lei 1968, de 16 de dezembro de 1952, é constituída pelos seguintes Departamentos e Centros:

Departamentos:

- I - Departamento de Engenharia de Estruturas - SET;
- II - Departamento de Hidráulica e Saneamento - SHS;
- III - Departamento de Engenharia Mecânica - SEM;
- IV - Departamento de Engenharia Elétrica e de Computação - SEL;
- V - Departamento de Geotecnia - SGS;
- VI - Departamento de Engenharia de Transportes - STT;
- VII - Departamento de Engenharia de Materiais - SMM;
- VIII - Departamento de Engenharia Aeronáutica - SAA;
- IX - Departamento de Engenharia de Produção - SEP.

Centros:

- I - Centro de Processamento de Dados - CPD (inativo);
- II - Centro de Tecnologia Educacional para Engenharia - CETEPE;
- III - Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada - CRHEA, Centro Complementar do SHS.

CAPÍTULO II  
DA ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 2º** - Os órgãos da Administração da EESC são:

- I - Congregação - CON;
- II - Conselho Técnico-Administrativo - CTA;
- III - Diretoria - DIR;
- IV - Comissão de Graduação - CG;
- V - Comissão de Pós-Graduação - CPG;
- VI - Comissão de Pesquisa - CPq;
- VII - Comissão de Cultura e Extensão Universitária - CCEX.

CAPÍTULO III  
DA CONGREGAÇÃO

**Artigo 3º** - A Congregação, órgão consultivo e deliberativo, tem a seguinte constituição:

I - o(a) diretor(a), seu(sua) presidente;

II - o vice-diretor;

III - o Presidente da Comissão de Graduação;

IV - o presidente da Comissão de Pós-Graduação;

V - o presidente da Comissão de Pesquisa;

VI - o presidente da Comissão de Cultura Extensão Universitária;

VII - os chefes dos Departamentos;

VIII - a representação docente, consoante a seguinte indicação:

a) cinquenta por cento dos professores titulares, assegurado um mínimo de cinco;

b) professores associados em número correspondente à metade dos professores titulares, referidos na letra a, assegurado um mínimo de quatro;

c) professores doutores em número equivalente a trinta por cento dos professores titulares, referidos na letra a, assegurado um mínimo de três;

d) um assistente;

e) um auxiliar de ensino.

IX - a representação discente, equivalente a dez por cento do número de membros docentes da Congregação, distribuída proporcionalmente entre estudantes de graduação e pós-graduação;

X - a representação dos servidores não docentes, lotados na unidade, equivalente a cinco por cento do número de membros docentes da Congregação, limitada ao máximo de três representantes, eleitos pelos seus pares.

**Parágrafo único** - Os docentes ocupantes dos postos indicados nos incisos de III a VII não bloquearão as vagas de suas representações previstas nas alíneas b e c do inciso VIII, desde que cada um não tenha sido eleito para representante de sua categoria.

**Artigo 4º** - A Congregação, em primeira e segunda convocação, somente poderá funcionar com a presença de mais da metade de seus membros.

§1º - As decisões da CON a que se refere este artigo serão adotadas por maioria simples, exceto nos casos em que se exigir *quorum* especial.

§2º - A convocação para as reuniões da CON será feita por escrito, com um mínimo de quarenta e oito horas de antecedência.

**Artigo 5º** - A Congregação reunir-se-á ordinariamente para a abertura e encerramento do ano letivo e, extraordinariamente, sempre que a convocar seu(sua) presidente ou um terço dos seus membros em exercício.

**Artigo 6º** - À Congregação compete, além do que consta no Estatuto e no Regimento Geral da USP:

- I - aprovar os regimentos dos Centros e Comissões;
- II - aprovar as alterações no número de vagas dos cursos existentes na EESC;
- III - aprovar proposta de programas e projetos referentes à extensão de serviços à comunidade, bem como convênios;
- IV - eleger um representante e respectivo suplente, entre seus membros titulares para integrar a CG.

**Artigo 7º** - A Congregação terá um regimento interno próprio, por ela aprovado, que ordenará o seu funcionamento.

#### CAPÍTULO IV DO CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

**Artigo 8º** - O Conselho Técnico-Administrativo (CTA) será composto:

- I - pelo(a) diretor(a) da Unidade, seu(sua) presidente;
- II - pelo vice-diretor;
- III - pelos chefes dos Departamentos;
- IV - por um representante discente;
- V - por um representante dos servidores não docentes;

**Artigo 9º** - Ao CTA compete, além do que consta no Estatuto e no Regimento Geral da USP:

- I - aprovar o horário das aulas ministradas na EESC, elaborado pelas Comissões Coordenadoras de Cursos (CoCs);
- II - deliberar sobre relatório apresentado por docente em RDIDP e em período de experimentação;

**Artigo 10** - As reuniões do CTA serão convocadas pelo(a) Diretor(a) da EESC ou por um terço de seus membros.

**Artigo 11** - A convocação para as reuniões do CTA será feita por escrito, com o mínimo de quarenta e oito horas de antecedência.

Parágrafo único - O envio da Ordem do dia e da ata da reunião anterior será com antecedência mínima de quarenta e oito horas.

**Artigo 12** - O CTA terá um regimento interno próprio, aprovado pela Congregação, o qual ordenará o seu funcionamento.

#### CAPÍTULO V DO(A) DIRETOR(A)

**Artigo 13** - Ao(A) diretor(a), além das atribuições constantes do Estatuto e Regimento Geral, compete decidir, quando julgar necessário, ad referendum da Congregação ou do Conselho Técnico-Administrativo.

268

**CAPÍTULO VI**  
**DOS DEPARTAMENTOS**

**Artigo 14** - Compete ao Conselho do Departamento, além das atribuições contidas no Estatuto e no Regimento Geral da USP, o seguinte:

- I - definir as áreas de competência em ensino, pesquisa e cultura e extensão do Departamento;
- II - propor a criação e oferecimento de disciplinas e programas de pesquisa nas áreas de competência do Departamento;
- III - zelar pelo ensino das disciplinas do Departamento;
- IV - propor convênios de intercâmbio, visando ao aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e da cultura e extensão;
- V - estabelecer a composição e o mandato de suas Comissões internas, quando necessário, bem como proceder às eleições respectivas;
- VI - eleger os representantes das Comissões nas quais o Departamento tiver representação;
- VII - organizar, propor às Comissões e executar programas de pesquisa, de aperfeiçoamento didático, de cultura e extensão de serviços à comunidade;
- VIII - deliberar sobre quaisquer assuntos que interessem ao Departamento e não sejam de competência de órgãos superiores;
- IX - promover as atividades de docência, pesquisa e extensão pelo corpo docente nas áreas de competência do Departamento;
- X - deliberar sobre os pedidos de colaboração de docentes para prestação de serviços;
- XI - deliberar sobre pedidos para o exercício de atividades visando à aplicação e difusão de conhecimentos.

## TÍTULO II DO ENSINO

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 15** - A EESC manterá cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão universitária em Engenharia.

§1º - A EESC poderá oferecer outras modalidades de ensino, consoante o disposto no Estatuto, no Regimento Geral da USP e na legislação complementar.

§2º - A EESC poderá ministrar disciplinas para cursos de outras Unidades da USP.

**Artigo 16** - O prazo máximo de integralização dos créditos para cada curso de graduação será de nove anos, sendo que casos excepcionais deverão ser examinados pela CG.

### CAPÍTULO II DA GRADUAÇÃO

#### SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 17** - A coordenação do ensino de graduação na EESC estará a cargo da CG.

Parágrafo único - Cada curso será coordenado por sua respectiva Comissão de Coordenação de Curso (CoC).

**Artigo 18** - Cada curso terá um currículo aprovado pelo Conselho de Graduação (CoG), que estabelecerá o elenco de disciplinas obrigatórias e o número de créditos em disciplinas optativas.

**Artigo 19** - O currículo de cada curso deverá indicar a obrigatoriedade ou não da realização de créditos em disciplinas optativas.

Parágrafo único - O currículo de cada curso poderá prever a existência de ênfases propostas pelas respectivas CoCs e aprovadas pelos órgãos superiores da Unidade e pelo CoG.

#### SEÇÃO II DA MATRÍCULA

**Artigo 20** - Além do disposto no Regimento Geral da USP, no Regimento do Conselho de Graduação e nas Resoluções emanadas desse Conselho, a matrícula obedecerá também ao que segue:

I - O número total de créditos obtidos em disciplinas optativas, que sejam obrigatórias em curso diferente daquele em que o aluno se encontra matriculado, não poderá ser superior a vinte por cento.

II - Em se tratando de ênfases de curso, vinte por cento do que trata o inciso anterior será mantido.



940

**SEÇÃO III**  
**DO REGIME ESPECIAL DE**  
**RECUPERAÇÃO DE APRENDIZADO**

**Artigo 21** - Entende-se por Regime Especial de Recuperação de Aprendizado um conjunto de atividades especiais que substituem totalmente as atividades normais do curso, tanto em frequência quanto em relação ao ensino/aprendizado.

§1º - O Regime Especial de Recuperação de Aprendizado será aplicado apenas para alunos portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções contagiosas, traumatismos ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos que impeçam o acompanhamento normal das atividades escolares.

§2º - Os procedimentos para aplicação do Regime Especial de Recuperação de Aprendizado serão estabelecidos em normas a serem propostas pela CG à Congregação.

**SEÇÃO IV**  
**DA COMISSÃO DE GRADUAÇÃO**

**Artigo 22** - A CG da EESC tem a seguinte constituição:

I - um representante docente de cada uma das CoCs, a ser definido por elas;

II - um representante da CON da EESC;

III - representação discente, correspondendo a vinte por cento dos membros docentes.

**Artigo 23** - A CG elegerá, dentre seus membros docentes titulares, seu presidente e respectivo suplente, observado o disposto na legislação vigente.

Parágrafo único - O número de reconduções do mandato do presidente e seu suplente será definido no Regimento da CG.

**Artigo 24** - Compete à CG, além das atribuições contidas no Regimento Geral e no Estatuto da USP, no Regimento do Conselho de Graduação e nas Resoluções emanadas do CoG:

I - propor à Congregação as diretrizes para a Graduação na Unidade;

II - julgar os pedidos de dispensa de cursar disciplinas, módulos ou eixos temáticos, após manifestação do Departamento e da CoC correspondente;

III - coordenar as atividades referentes ao funcionamento dos cursos;

IV - encaminhar anualmente solicitação de dotação orçamentária ao CTA;

V - estabelecer os critérios de distribuição, entre as CoCs, da dotação orçamentária anual destinada pelo CTA;

VI - encaminhar demonstrativo da aplicação dos recursos, ao final do ano, ao CTA;

VII - realizar as funções a ela atribuídas, contidas no Título VI, Capítulo I deste Regimento;

VIII - exercer as demais funções que lhe forem atribuídas pelos órgãos superiores.

#### SEÇÃO V DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DE CURSOS (CoC)

**Artigo 25** - A composição das CoC's obedecerá o estabelecido na Resolução CoG 5.500 e no Regimento do CoG.

**Artigo 26** - Cada CoC elegerá, dentre seus membros docentes titulares pertencentes à EESC, o seu coordenador e respectivo suplente, bem como seu representante e respectivo suplente na CG.

Parágrafo único - O número de reconduções do mandato do coordenador e seu suplente será definido no Regimento da CoC respectiva.

**Artigo 27** - Compete às CoCs, além das atribuições contidas no Regimento do Conselho de Graduação e nas Resoluções emanadas do CoG:

I - propor à CG os programas de ensino das disciplinas, módulos ou eixos temáticos ministrados em cada curso, ouvidos os departamentos envolvidos, quando for o caso;

II - propor à CG o conjunto de disciplinas, módulos ou eixos temáticos que compõe cada uma das ênfases, ouvidos os departamentos envolvidos, quando for o caso;

III - enviar à CG, anualmente, relatório de suas atividades e de aplicação dos recursos recebidos, bem como o planejamento, com o orçamento correspondente, para o ano seguinte;

IV - analisar a pertinência do conteúdo programático de cada disciplina, visando promover a integração das diferentes disciplinas, módulos ou eixos temáticos que compõem o currículo;

V - promover o aperfeiçoamento constante do ensino, no que diz respeito à adequação curricular, melhoria e implantação de laboratórios didáticos, biblioteca e recursos didático-pedagógicos;

VI - aplicar os recursos destinados pela CG, de acordo com o orçamento elaborado;

VII - propor à CG, para os cursos regulares de graduação, os critérios e processo de ensino não presencial de cada curso, bem como eventuais módulos de ensino à distância, ouvidos os Departamentos envolvidos, quando necessário;

VIII - exercer as demais funções que lhe forem atribuídas pelos órgãos superiores.

242

CAPÍTULO III  
DA PÓS-GRADUAÇÃO

SEÇÃO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 28** - A EESC oferece cursos e atividades de pós-graduação, acadêmica e profissionalizante, nos termos da legislação superior.

SEÇÃO II  
DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

**Artigo 29** - A CPG será composta pelos Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação a ela vinculados e pela representação discente, nos termos do Regimento Geral da USP.

§1º - Os Coordenadores dos Programas serão eleitos pelos orientadores credenciados, observado o disposto na legislação vigente.

§2º - A CPG elegerá, dentre seus membros docentes titulares, seu presidente e respectivo suplente, observado o disposto na legislação vigente.

**Artigo 30** - Compete à Comissão de Pós-Graduação, além das atribuições contidas no Estatuto, no Regimento Geral da USP e no Regimento do Conselho de Pós-Graduação:

I - propor à Congregação as diretrizes para a Pós-Graduação na Unidade;

II - exercer as demais funções que lhe forem atribuídas pelos órgãos superiores.

TÍTULO III  
DA PESQUISA

CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 31** - As propostas de convênio de pesquisa serão apreciadas pela CON.

**Artigo 32** - A EESC e seus departamentos poderão promover a realização de Congressos, Simpósios e Seminários para estudos e debates, assim como facilitar o comparecimento dos pesquisadores em certames semelhantes.

CAPÍTULO II  
DA COMISSÃO DE PESQUISA

**Artigo 33** - A CPq será composta por:

I - um representante docente de cada departamento, eleitos pelos Conselhos de Departamento;

II - representação discente, titular e suplente, correspondente a vinte por cento do total da representação docente, eleita por seus pares, dentre os alunos regularmente matriculados em cursos de pós-graduação da EESC.

Parágrafo único - O mandato dos membros docentes será de 3 anos, permitida uma recondução.

**Artigo 34** - A Comissão de Pesquisa elegerá, dentre seus membros docentes titulares, seu presidente e respectivo suplente, observado o disposto na legislação vigente.

**Artigo 35** - Compete à CPq, além das atribuições emanadas nas Resoluções do disposto no art. 13 do Regimento do Conselho de Pesquisa (CoPq):

I - propor à Congregação as diretrizes de pesquisa para a Unidade;

II - cadastrar e avaliar as atividades de pesquisa e a produção científica realizada na EESC;

III - fomentar convênios de pesquisa;

IV - promover e estimular a capacitação e as atividades de produção científica na EESC;

V - exercer as demais funções que lhe forem atribuídas pelos órgãos superiores.

284

TÍTULO IV  
DA CULTURA E EXTENSÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

CAPÍTULO I  
DA COMISSÃO DE CULTURA E EXTENSÃO

**Artigo 36** - A CCEX será composta por:

- I - um representante docente e seu suplente de cada Departamento, eleitos pelo Conselho de Departamento;
- II - representação discente, titular e suplente, correspondente a vinte por cento do total da representação docente, eleitos por seus pares, dentre os alunos regularmente matriculados em cursos de graduação da EESC.

Parágrafo único - O mandato dos membros docentes será de 3 anos, permitida uma recondução.

**Artigo 37** - A CCEX elegerá, dentre seus membros docentes titulares, seu presidente e respectivo suplente, observado o disposto na legislação vigente.

**Artigo 38** - Compete à CCEX, além das atribuições contidas no Estatuto, no Regimento Geral e no Regimento do Conselho de Cultura e Extensão Universitária da USP:

- I - propor à Congregação as diretrizes de cultura e extensão para a Unidade;
- II - executar programas de cooperação cultural e técnico-científica nas áreas definidas pelos Departamentos e Centros da EESC, em que detenha ou gere conhecimentos de interesse técnico e sócioeconômico;
- III - exercer as demais funções que lhe forem conferidas por órgãos superiores.

TÍTULO V  
DO CORPO DOCENTE

CAPÍTULO I  
DA CARREIRA DOCENTE

SEÇÃO I  
DOS CONCURSOS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR DOUTOR

**Artigo 39** - O concurso para o provimento do cargo de Professor Doutor far-se-á nos termos das disposições do Regimento Geral, publicando-se o edital no Diário Oficial do Estado.

**Artigo 40** - As disciplinas de que trata o §1º do art. 125 do Regimento Geral serão exclusivamente de graduação, sob responsabilidade de oferecimento do Departamento.

**Artigo 41** - O concurso referido no artigo 39 constará das seguintes provas, com os respectivos pesos:

I - julgamento do memorial, com prova pública de arguição - 4 (quatro);

II - prova didática - 4 (quatro);

III - prova prática ou escrita, conforme for estabelecido no edital do concurso - 2 (dois).

§1º - As provas referidas nos incisos I, II e III serão realizadas conforme o disposto no Regimento Geral da USP.

§2º - A modalidade de prova referida no inciso III será fixada pela Congregação, por proposta do Departamento, quando da abertura do Concurso, devendo constar do Edital.

§3º - No caso de opção pela prova prática, sua forma de realização deverá ser proposta pelo Departamento interessado, em função da especificidade da área de conhecimento, e aprovada pela Congregação.

§4º - Na prova de arguição, cada examinador poderá utilizar até trinta minutos para apresentar suas questões, cabendo ao candidato igual tempo para as respostas.

**SEÇÃO II**  
**DOS CONCURSOS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR TITULAR**

**Artigo 42** - O concurso para provimento do cargo de Professor Titular far-se-á nos termos do Estatuto e do Regimento Geral, publicando-se o edital no Diário Oficial do Estado.

**Artigo 43** - O concurso para o cargo de Professor Titular consta das seguintes provas, com os respectivos pesos:

I - julgamento de títulos - 4 (quatro);

II - prova pública oral de erudição - 2 (dois);

III - prova pública de arguição - 4 (quatro).

**Artigo 44** - A duração mínima da prova de erudição será de quarenta, e a máxima de sessenta minutos.

**Artigo 45** - A prova pública de arguição destina-se à avaliação geral da qualificação do candidato, com atenção aos trabalhos publicados, linhas e projetos de pesquisas desenvolvidos, orientação de trabalhos técnicos e científicos, cursos ministrados, atividades didáticas, de extensão, de gestão acadêmica e produção técnica e artística.

**Parágrafo único** - Na prova de arguição, cada examinador poderá utilizar até trinta minutos para apresentar suas questões, cabendo ao candidato igual tempo para as respostas.

SEÇÃO III  
DA LIVRE-DOCÊNCIA

**Artigo 46** - O concurso para a Livre-Docência far-se-á nos termos do Estatuto e do Regimento Geral, publicando-se o edital no Diário Oficial do Estado.

**Artigo 47** - As inscrições para a Livre-Docência na EESC estarão abertas para todos os Departamentos durante os meses de março e agosto de cada ano.

**Artigo 48** - As provas, para o Concurso de Livre-Docência, com os respectivos pesos, são as seguintes:

I - prova escrita - 2 (dois);

II - defesa de tese ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela - 3 (três);

III - julgamento do memorial, com prova pública de arguição - 3 (três);

IV - avaliação didática - 2 (dois).

§1º - A critério da Congregação, por proposta do Departamento, poderá ainda ser realizada uma prova prática.

§2º - Caso seja efetuada a prova prática, o peso desta e o da prova escrita passarão a ser 1 (um).

§3º - Na realização da prova prática, será observado o disposto no parágrafo 3º do art. 58 deste Regimento.

§4º - A prova de avaliação didática constará de aula, em nível de pós-graduação, a ser realizada nos termos do disposto no art. 156 e seus parágrafos do Regimento Geral.

**Artigo 49** - Se, no prazo de trinta minutos, decorridos da hora estabelecida para abertura do Concurso, não estiverem presentes todos os membros da Comissão Julgadora, a reunião será adiada por prazo não superior a vinte e quatro horas.

**Artigo 50** - Em caso de impedimento do membro titular, deverá ser convocado o Suplente, pela Diretoria ou seu representante legal e definidos novos horário e data para realização do concurso.



278

**TÍTULO VI  
DO CORPO DISCENTE**

**CAPÍTULO I  
DOS ALUNOS MONITORES**

**Artigo 51** - Alunos monitores poderão ser admitidos pelos Departamentos para colaborar nas atividades de ensino de graduação, tendo como objetivos:

- I - auxiliar na preparação de material didático;
- II - auxiliar na correção de listas de exercícios e relatórios;
- III - acompanhar e auxiliar em práticas de laboratório;
- IV - acompanhar e auxiliar em atividades de projeto da disciplina.

**Artigo 52** - Para admissão de monitores, os Departamentos providenciarão o processo de seleção, baseando-se no disposto no Regimento Geral da USP.

Parágrafo único - Além do disposto no Regimento Geral da USP, deverá ser considerado o desempenho do aluno de graduação nas disciplinas relacionadas à monitoria.

**Artigo 53** - A EESC concederá bolsas para contemplar o exercício da função de monitor, sendo vedada a acumulação com qualquer outra bolsa, instituindo a alínea orçamentária específica.

**Artigo 54** - Caberá à CG, em função da demanda dos cursos e do orçamento disponível, estabelecer o valor da bolsa, visando atender ao máximo dos pedidos dos cursos.

**Artigo 55** - Quando o número de pedidos exceder ao número de bolsas, a CG estabelecerá os critérios de desempate, considerando:

- I - número de bolsas por curso;
- II - número de bolsas por disciplina;
- III - número de alunos por disciplina;
- IV - número de alunos atendidos por monitor.

**Artigo 56** - A CG deverá acompanhar as atividades de monitoria, elaborando relatório anual a ser apresentado ao CTA.

**Artigo 57** - O Departamento fará a avaliação do monitor e fornecerá um certificado para documentar o exercício da função.

**CAPÍTULO II**  
**DA REPRESENTAÇÃO DISCENTE**

**Artigo 58** - Poderão votar nas eleições para a representação discente junto aos órgãos colegiados da EESC os alunos regularmente matriculados em disciplina obrigatória de seu curso de graduação ou em programa de pós-graduação que diga respeito ao âmbito do colegiado respectivo.

§1º - No caso de alunos de graduação, conforme art. 224 do Regimento Geral, serão elegíveis para a representação discente junto aos órgãos colegiados da EESC os alunos regularmente matriculados que tenham cursado pelo menos doze créditos no conjunto dos dois semestres imediatamente anteriores.

§2º - Somente poderão ser votados nas eleições para a representação discente os alunos que, além das disposições regimentais, tenham sido aprovados em pelo menos doze créditos no conjunto de dois semestres imediatamente anteriores.

§3º - Juntamente com o representante, será eleito o suplente.

§4º - Os Departamentos deverão indicar em seus regimentos a proporção de representação discente entre os cursos de graduação ou pós-graduação das áreas em que haja participação preponderante do Departamento, priorizando a representação de graduação.

## TÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 59** - Todos os regimentos, sejam dos Conselhos dos Departamentos, dos Centros, das Comissões e dos Programas de Pós-Graduação, deverão ser aprovados pela Congregação.

**Artigo 60** - A reavaliação quinquenal das atividades docentes, conforme preceitua o Estatuto da USP, será realizada de acordo com normas a serem estabelecidas pela Congregação para cada processo de avaliação.

**Artigo 61** - As propostas de criação de núcleos de apoio com sede na EESC deverão ser aprovadas pela Congregação.

**Artigo 62** - As eleições das representações docentes e dos servidores não docentes junto a colegiados da EESC serão disciplinadas por Portaria do(a) diretor(a), que deverá ser amplamente divulgada, com a antecedência mínima de trinta dias.

**Artigo 63** - A EESC terá uma Comissão de Biblioteca, integrada por:

I - um representante de cada Departamento;

II - um representante da CG;

III - um representante da CPG;

IV - dois representantes discentes, eleitos pelos seus pares, sendo um de graduação e um de pós-graduação.

§1º - O representante citado no inciso I será indicado pelo Conselho do Departamento e homologado pela Congregação.

§2º - Os representantes citados nos incisos II e III serão indicados pelas respectivas Comissões e homologados pela Congregação.

§3º - As atribuições da Comissão de Biblioteca serão definidas no seu Regimento.

**Artigo 64** - O presente Regimento poderá ser emendado a qualquer tempo, por deliberação da maioria dos membros da Congregação, entrando em vigor após aprovação do Conselho Universitário.

## TÍTULO VIII DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

**Artigo 1º** - A Congregação, o CTA, os Departamentos, as Comissões referidas no art. 44 do Estatuto, os Centros e a Biblioteca, dentro do prazo de 120 dias, a contar da vigência deste Regimento, deverão enviar à Congregação, para estudo e aprovação, os seus regimentos internos.



PG. P. 2038/11 - RUSP  
RL/

**AUTOS USP nº:** 2009.1.480.18.5

**INTERESSADO:** Escola de Engenharia de São Carlos

**ASSUNTO:** Reforma do Regimento Interno. Análise jurídico-formal.

**P A R E C E R**

Senhor Procurador Geral,

Trata-se de proposta de reforma do Regimento da Escola de Engenharia de São Carlos (fls. 258/280), aprovada pela Congregação da Unidade em sessão realizada em 6 de maio de 2011 (fls. 275).

Vêm os autos para análise jurídico-formal da proposta.

Em breve síntese, é o relatório. Passamos a opinar.

A fim de facilitar a análise, o quadro sinótico abaixo coteja dispositivos do Regimento atual com a proposta de reforma e oferece sugestões, quando pertinentes.

**Quadro sinótico**

<b>Regimento atual</b>	<b>Proposta</b>	<b>Sugestões</b>
<i>Correspondente ao artigo 1º.</i>	Artigo 1º - A Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), criada pela Lei Estadual 161, de 24 de setembro de 1948, e estruturada pela Lei 1968, de 16 de dezembro	Artigo 1º - A Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), criada pela Lei Estadual 161, de 24 de setembro de 1948, e estruturada pela Lei 1968, de 16 de dezembro



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL

224

	de 1952, é constituída pelos seguintes Departamentos e Centros:	de 1952, é constituída dos seguintes Departamentos:
	Departamentos:	
	I - Departamento de Engenharia de Estruturas - SET;	I - Departamento de Engenharia de Estruturas - SET;
	II - Departamento de Hidráulica e Saneamento - SHS;	II - Departamento de Hidráulica e Saneamento - SHS;
	III - Departamento de Engenharia Mecânica - SEM;	III - Departamento de Engenharia Mecânica - SEM;
	IV - Departamento de Engenharia Elétrica e de Computação - SEL;	IV - Departamento de Engenharia Elétrica e de Computação - SEL;
	V - Departamento de Geotecnia - SGS;	V - Departamento de Geotecnia - SGS;
	VI - Departamento de Engenharia de Transportes - STT;	VI - Departamento de Engenharia de Transportes - STT;
	VII - Departamento de Engenharia de Materiais - SMM;	VII - Departamento de Engenharia de Materiais - SMM;
	VIII - Departamento de Engenharia Aeronáutica - SAA;	VIII - Departamento de Engenharia Aeronáutica - SAA; e <sup>1</sup>
	IX - Departamento de Engenharia de Produção	IX - Departamento de Engenharia de Produção

<sup>1</sup> Como regra, deve-se incluir a conjunção aditiva "e" ao final do penúltimo inciso dos dispositivos. Assim, recomendamos a revisão dos seguintes incisos da proposta: inciso VI do artigo 2º, inciso IX do artigo 3º, inciso III do artigo 6º, inciso IV do artigo 8º, inciso I do artigo 9º, inciso X do artigo 14, inciso II do artigo 22, inciso VII do artigo 24, inciso VII do artigo 27, inciso I do artigo 30, inciso I do artigo 33, inciso IV do artigo 35, inciso I do artigo 36, inciso II do artigo 38, inciso II do artigo 41, inciso II do artigo 43, inciso III do artigo 48, inciso III do artigo 51, inciso III do artigo 55 e inciso III do artigo 63.



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**PROCURADORIA GERAL**

**11**

	<p>- SEP.</p> <p>Centros:</p> <p>I - Centro de Processamento de Dados - CPD (inativo);</p> <p>II - Centro de Tecnologia Educacional para Engenharia - CETEPE;</p> <p>III - Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada - CRHEA, Centro Complementar do SHS.</p>	<p>- SEP.</p> <p><b>Parágrafo único - Constituem também a Unidade os seguintes Centros:</b></p> <p>I - Centro de Processamento de Dados - CPD (inativo)<sup>2</sup>;</p> <p>II - Centro de Tecnologia Educacional para Engenharia - CETEPE; e</p> <p>III - Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada - CRHEA, vinculado ao Departamento de Engenharia Hidráulica e Saneamento.</p>
Correspondente ao artigo 3º.	<p>Artigo 3º - (...)</p> <p>I - o(a) diretor(a), seu(sua) presidente;</p> <p>II - o vice-diretor;</p> <p>III - o Presidente da Comissão de Graduação;</p> <p>IV - o presidente da Comissão de Pós-Graduação;</p> <p>V - o presidente da Comissão de Pesquisa;</p> <p>VI - o presidente da Comissão de Cultura Extensão Universitária;</p>	<p>Artigo 3º - (...)</p> <p>I - o Diretor, seu Presidente;</p> <p>II - o Vice-Diretor;</p> <p>(...)</p> <p>IV - o Presidente da Comissão de Pós-Graduação;</p> <p>V - o Presidente da Comissão de Pesquisa;</p> <p>VI - o Presidente da Comissão de Cultura Extensão Universitária;</p>

<sup>2</sup> Visto que o Centro está inativo, verificar se é necessário mantê-lo no Regimento.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL

286

	<p>VII - os chefes dos Departamentos;</p> <p>(...)</p> <p>X - a representação dos servidores não docentes, lotados na unidade, equivalente a cinco por cento do número de membros docentes da Congregação, limitada ao máximo de três representantes, eleitos pelos seus pares.</p> <p>Parágrafo único - Os docentes ocupantes dos postos indicados nos incisos de III a VII não bloquearão as vagas de suas representações previstas nas alíneas b e c do inciso VIII, desde que cada um não tenha sido eleito para representante de sua categoria.</p>	<p>VII - os <b>Chefes</b> dos Departamentos;</p> <p>(...)</p> <p>X - a representação dos servidores <b>técnicos e administrativos</b>, lotados na <b>Unidade</b>, equivalente a cinco por cento do número de membros docentes da Congregação, limitada ao máximo de três representantes, eleitos pelos seus pares.</p> <p><i>Suprimir.</i><sup>3</sup></p>
<p><i>Corresponde ao artigo 11.</i></p>	<p>Artigo 8º - O Conselho Técnico-Administrativo (CTA) será composto:</p> <p>I - pelo(a) diretor(a) da Unidade, seu(sua) presidente;</p> <p>II - pelo vice-diretor;</p> <p>III - pelos chefes dos Departamentos;</p> <p>IV - por um representante discente;</p>	<p>Artigo 8º - <b>Compõe o Conselho Técnico-Administrativo (CTA):</b><sup>4</sup></p> <p><b>I - Diretor da Unidade, seu Presidente;</b></p> <p><b>II - Vice-Diretor;</b></p> <p><b>III - Chefes dos Departamentos;</b></p> <p><b>IV - um representante discente; e</b></p>

<sup>3</sup> O dispositivo é desnecessário, pois esse é o entendimento vigente.

<sup>4</sup> A sugestão visa apenas ao aperfeiçoamento da redação.



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**PROCURADORIA GERAL**

**12**

	V - por um representante dos servidores não docentes;	<b>V - um representante dos servidores técnicos e administrativos.</b>
<i>Correspondente ao artigo 12.</i>	<p>Artigo 9º - (...)</p> <p>I - aprovar o horário das aulas ministradas na EESC, elaborado pelas Comissões Coordenadoras de Cursos (CoCs);</p> <p>II - deliberar sobre relatório apresentado por docente em RDIDP e em período de experimentação;</p>	<p>Artigo 9º - (...)</p> <p>I - aprovar o horário das aulas ministradas na EESC, elaborado pelas Comissões Coordenadoras de Cursos (CoCs); e</p> <p>II - deliberar sobre relatório apresentado por docente em RDIDP e em período de experimentação.</p>
<i>Sem correspondente.</i>	<p>Artigo 11 - (...)</p> <p>Parágrafo único - O envio da Ordem do dia e da ata da reunião anterior será com antecedência mínima de quarenta e oito horas.</p>	<p>Artigo 11 - (...)</p> <p>Parágrafo único - O envio da Ordem do Dia e da ata da reunião anterior será com antecedência mínima de quarenta e oito horas da reunião.</p>
Artigo 18 - Ao Diretor, além das atribuições constantes do Estatuto e Regimento Geral, compete decidir, quando julgar necessário, <i>ad referendum</i> da Congregação ou do Conselho Técnico-Administrativo.	Artigo 13 - Ao(A) diretor(a), além das atribuições constantes do Estatuto e Regimento Geral, compete decidir, quando julgar necessário, <i>ad referendum</i> da Congregação ou do Conselho Técnico-Administrativo.	Artigo 13 - Ao Diretor, além das atribuições constantes do Estatuto e Regimento Geral, compete decidir, quando julgar necessário, <i>ad referendum</i> da Congregação ou do Conselho Técnico-Administrativo.
Artigo 25 - Em cada período letivo, a carga horária mínima para a matrícula não poderá ser inferior a doze horas-aula semanais, em disciplinas obrigatórias de cada	Artigo 20 - Além do disposto no Regimento Geral da USP, no Regimento do Conselho de Graduação e nas Resoluções emanadas desse Conselho, a matrícula obedecerá	Artigo 20 - Além do disposto no Regimento Geral da USP, no Regimento do Conselho de Graduação e nas <b>suas Resoluções, o número total de créditos obtidos em</b>





UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL

208

<p>habilitação ou curso no qual o aluno está matriculado, resguardadas as restrições do art. 73 do Regimento Geral.</p> <p>§ 1º - O número de créditos obtido em disciplinas optativas correspondentes à disciplinas obrigatórias de habilitação diferente daquela em que o aluno se encontra matriculado não poderá ser superior a vinte e cinco por cento.</p> <p>§ 2º Em se tratando de ênfases de habilitação, o percentual de vinte e cinco por cento de que trata o parágrafo anterior poderá ser alterado, a critério da CG da EESC.</p> <p>§ 3º - A pedido do aluno, poderá ser autorizado o trancamento da matrícula, pela CG, observado o disposto no art. 74 do Regimento Geral.</p>	<p>também ao que segue:</p> <p>I - O número total de créditos obtidos em disciplinas optativas, que sejam obrigatórias em curso diferente daquele em que o aluno se encontra matriculado, não poderá ser superior a vinte por cento.</p> <p>II - Em se tratando de ênfases de curso, vinte por cento do que trata o inciso anterior será mantido.</p>	<p><b>disciplinas optativas, que sejam obrigatórias em curso ou em ênfases de curso diferentes daquele em que o aluno se encontra matriculado, não poderá ser superior a vinte por cento.</b></p>
<p><i>Sem correspondente.</i></p>	<p>SEÇÃO III DO REGIME ESPECIAL DE RECUPERAÇÃO DE APRENDIZADO</p> <p>Artigo 21 - Entende-se por Regime Especial de Recuperação de Aprendizado um conjunto de atividades especiais que substituem totalmente as</p>	<p><i>Suprimir a seção.</i></p> <p><i>Não é matéria regimental.</i></p>



	<p>atividades normais do curso, tanto em frequência quanto em relação ao ensino/aprendizado.</p> <p>§1º - O Regime Especial de Recuperação de Aprendizado será aplicado apenas para alunos portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções contagiosas, traumatismos ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos que impeçam o acompanhamento normal das atividades escolares.</p> <p>§2º - Os procedimentos para aplicação do Regime Especial de Recuperação de Aprendizado serão estabelecidos em normas a serem propostas pela CG à Congregação.</p>	
<p>Artigo 29 - A CG elegerá seu Presidente e respectivo suplente, dentre seus membros titulares. O Presidente deverá ser portador, no mínimo, do título de professor associado, observado o parágrafo 7º do art. 45 do Estatuto.</p> <p>§ 1º - O Presidente da CG será o representante</p>	<p>Artigo 23 - A CG elegerá , dentre seus membros docentes titulares, seu presidente e respectivo suplente, observado o disposto na legislação vigente.</p> <p>Parágrafo único - O número de reconduções do mandato do presidente e seu suplente será definido no Regimento da CG<sup>5</sup>.</p>	<p><b>(...) - A CG elegerá, dentre seus membros docentes titulares, respeitados os §§ 5º e 6º do artigo 45 do Estatuto, seu Presidente e respectivo suplente, para mandato de dois anos, permitida a recondução.<sup>6</sup></b></p>

<sup>5</sup> O número de reconduções do Presidente não pode ser limitado, por força do parágrafo único do artigo 27 do Estatuto.



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**PROCURADORIA GERAL**

290

da EESC junto ao CoG.		
§ 2º - Os mandatos do Presidente e seu suplente serão de dois anos, permitida a recondução, e terão vigência enquanto seus titulares forem membros da CG.		
<i>Correspondente ao artigo 31.</i>	Artigo 25 – A composição das CoC's obedecerá o estabelecido na Resolução CoG 5.500 e no Regimento do CoG.	Artigo (...) - A composição das <b>CoCs</b> obedecerá o estabelecido <b>nas normas vigentes na Universidade.</b>
Artigo 38 - A CPG será composta por docentes portadores, pelo menos, do título de Doutor, indicados pelos Programas através dos Departamentos, e pela representação discente, nos termos do parágrafo único do art. 112 do Regimento Geral.	Artigo 29 - A CPG será composta pelos Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação a ela vinculados e pela representação discente, nos termos do Regimento Geral da USP.	Artigo (...) - A CPG será composta <b>dos</b> Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação a ela vinculados e <b>da</b> representação discente, nos termos <b>das normas vigentes na Universidade.</b>
Artigo 44 - O mandato dos Representantes Docentes na Comissão de Pesquisa será de três anos, permitida a recondução.	Artigo 33 - (...)  Parágrafo único - O mandato dos membros docentes será de 3 anos, permitida uma recondução.	Artigo (...) - (...)  Parágrafo único - O mandato dos membros docentes será de <b>três</b> anos, permitida uma recondução.
Artigo 50 - (...)  § 1º - O mandato dos membros docentes será de três anos, permitida a recondução e renovando-se, anualmente, a representação pelo	Artigo 36 - A CCEX será composta por:  Parágrafo único - O mandato dos membros docentes será de 3 anos, permitida uma recondução.	Artigo (...) - A CCEX será composta <b>de:</b>  Parágrafo único - O mandato dos membros docentes será de <b>três</b> anos, permitida <b>a</b> recondução <b>e renovando-se, anualmente, a</b>

<sup>6</sup> É desnecessário dizer que os mandatos do Presidente e suplente terão vigência enquanto seus titulares forem membros da CG.



terço.		representação pelo terço. <sup>7</sup>
<p>TÍTULO V DO CORPO DOCENTE</p> <p>(...)</p> <p>CAPÍTULO II DA CARREIRA DOCENTE</p> <p>SEÇÃO I DOS CONCURSOS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR DOUTOR</p>	<p>TÍTULO V DO CORPO DOCENTE</p> <p>CAPÍTULO I DA CARREIRA DOCENTE</p> <p>SEÇÃO I DOS CONCURSOS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR DOUTOR</p>	<p><i>Em razão da alteração dos artigos 135, 138 e 139 do Regimento Geral, pela Resolução nº 5927, de 8 de julho de 2011, recomendamos que a Unidade reformule a seção I, afim de cumprir as normas regimentais.</i></p>
<p>SEÇÃO III DA LIVRE-DOCÊNCIA</p> <p>(...)</p> <p>Artigo 71 - (...)</p> <p>§ 3º - Na realização da prova prática será observado o disposto no parágrafo 3º do art. 58 deste Regimento.</p>	<p>SEÇÃO III DA LIVRE-DOCÊNCIA</p> <p>(...)</p> <p>Artigo 48 - (...)</p> <p>§3º - Na realização da prova prática, será observado o disposto no parágrafo 3º do art. 58º deste Regimento.</p>	<p>CAPÍTULO II DA LIVRE-DOCÊNCIA</p> <p>(...)<sup>9</sup></p> <p>Artigo (...) - (...)</p> <p>§ 3º - Na realização da prova prática, será observado o disposto no § 3º do art. (...)¹⁰ deste Regimento.</p>
<p><i>Correspondente ao artigo 91.</i></p>	<p>Artigo 49 - Se, no prazo de trinta minutos, decorridos da hora estabelecida para abertura do Concurso, não estiverem presentes todos os membros da Comissão Julgadora, a reunião será adiada por</p>	<p><i>Transferir para as Disposições Gerais.</i></p>

<sup>7</sup> Cf. inciso I do §1º do artigo 18 da Resolução nº 4940, de 26 de junho de 2002.

<sup>8</sup> O artigo 58 não corresponde à matéria tratada no dispositivo. A referência correto seria ao §3º do artigo 41, mas é preciso verificar qual será a nova numeração do dispositivo.

<sup>9</sup> Renumerar os dispositivos.

<sup>10</sup> Verificar a nova numeração do artigo 41 da proposta.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## PROCURADORIA GERAL

292

	prazo não superior a vinte e quatro horas.	
<i>Sem correspondente.</i>	Artigo 50 – Em caso de impedimento do membro titular, deverá ser convocado o Suplente, pela Diretoria ou seu representante legal e definidos novos horário e data para realização do concurso.	<i>Suprimir.<sup>11</sup></i>
<b>TÍTULO VI DO CORPO DISCENTE</b>  <i>Sem correspondente.</i>	<b>TÍTULO VI DO CORPO DISCENTE</b>  <i>Sem correspondente.</i>	<b>TÍTULO VI DO CORPO DISCENTE</b>  <b>CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS</b>  Artigo (...) - A constituição do corpo discente da EESC regular-se-á pelo disposto nos artigos 203 a 207 do Regimento Geral.  <b>CAPÍTULO II DOS ALUNOS MONITORES</b>  (...)
<b>CAPÍTULO I DOS ALUNOS MONITORES</b>  Artigo 78 - Alunos monitores poderão ser admitidos pelos Departamentos para colaborar, preferencialmente, nas atividades de ensino de graduação.  Parágrafo único - As funções de monitor poderão ser exercidas por alunos dos cursos de graduação que	<b>CAPÍTULO I DOS ALUNOS MONITORES</b>  (...)  Artigo 52 - Para admissão de monitores, os Departamentos providenciarão o processo de seleção, baseando-se no disposto no Regimento Geral da USP.  Parágrafo único - Além do disposto no Regimento Geral da USP, deverá ser considerado o	<b>CAPÍTULO II DOS ALUNOS MONITORES</b>  (...)  Artigo (...) - As funções de monitor poderão ser exercidas por alunos matriculados nos cursos de graduação e de pós-graduação <i>stricto sensu</i> da EESC, selecionados mediante análise do rendimento escolar.  Parágrafo único - Os Departamentos devem

<sup>11</sup> Não se trata de matéria regimental.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL

15

tenham tido bom rendimento em disciplinas já cursadas.  Artigo 79 - Para admissão de monitores, os Departamentos providenciarão a abertura de editais, com ampla divulgação, estabelecendo o período de inscrição, a prova ou provas a serem realizadas, bem como os respectivos programas.	desempenho do aluno de graduação nas disciplinas relacionadas à monitoria.	<b>conduzir o processo de seleção.</b>
<i>Sem correspondente.</i>	Artigo 58 - (...)  §2º - Somente poderão ser votados nas eleições para a representação discente os alunos que, além das disposições regimentais, tenham sido aprovados em pelo menos doze créditos no conjunto de dois semestres imediatamente anteriores.	(...) - (...)  <i>Suprimir.<sup>12</sup></i>  <i>A norma desborda do artigo 224 do Regimento Geral.</i>
Artigo 88 - As eleições das representações docentes, discentes, dos servidores não-docentes junto a colegiados da EESC serão disciplinadas por Portaria do Diretor, que deverá ser amplamente divulgada, com a antecedência mínima de trinta dias.	Artigo 62 - As eleições das representações docentes e dos servidores não docentes junto a colegiados da EESC serão disciplinadas por Portaria do(a) diretor(a), que deverá ser amplamente divulgada, com a antecedência mínima de trinta dias.	Artigo (...) - As eleições das representações docentes e dos servidores <b>técnicos e administrativos</b> junto a colegiados da EESC serão disciplinadas por Portaria <b>do Diretor</b> , que deverá ser amplamente divulgada, com a antecedência mínima de trinta dias.
Artigo 90 - O presente Regimento poderá ser emendado a qualquer	Artigo 64 - O presente Regimento poderá ser emendado a qualquer	Artigo (...) - O presente Regimento poderá ser emendado a qualquer

<sup>12</sup> Como o Regimento Geral já disciplina a matéria, é desnecessária a reprodução da norma no Regimento da Unidade.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL

29h.

tempo, por deliberação da maioria dos membros da Congregação, entrando em vigor após aprovação do Conselho Universitário.	tempo, por deliberação da maioria dos membros da Congregação, entrando em vigor após aprovação do Conselho Universitário.	tempo, por deliberação da maioria <b>absoluta</b> <sup>13</sup> dos membros da Congregação, entrando em vigor após aprovação do Conselho Universitário.
TÍTULO VIII DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	TÍTULO VIII DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	(...)
Artigo 1º - Os Departamentos, as Comissões referidas no art. 44 do Estatuto, os Centros e a Biblioteca, dentro do prazo de 120 dias, a contar da vigência deste Regimento, deverão enviar à Congregação, para estudo e aprovação, os projetos de seus regimentos internos.	Artigo 1º - A Congregação, o CTA, os Departamentos, as Comissões referidas no art. 44 do Estatuto, os Centros e a Biblioteca, dentro do prazo de 120 dias, a contar da vigência deste Regimento, deverão enviar à Congregação, para estudo e aprovação, os seus regimentos internos.	Artigo 1º - A Congregação, o CTA, os Departamentos, as Comissões referidas no art. 44 do Estatuto, os Centros e a Biblioteca, dentro do prazo de <b>cento e vinte</b> dias, a contar da vigência deste Regimento, deverão enviar à Congregação, para estudo e aprovação, os seus regimentos internos.

Do exposto, recomendamos a reapreciação da proposta pela Unidade.

É o parecer.

À consideração superior.

Se aprovado, encaminhem-se os autos ao GR.

Procuradoria Geral, 19 de julho de 2011.

  
**REGIS LATTOUF**  
Procurador  
Procuradoria Acadêmica

*De acordo  
RG, 29/07/11.  
petile*

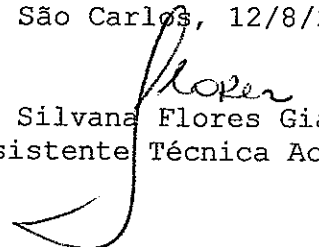
<sup>13</sup> Cf. inciso I do artigo 39 do Regimento Geral. A reprodução do dispositivo no Regimento da Unidade é, em verdade, desnecessária.

TRECHO DA ATA DA 549ª REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO DA EESC/USP - SESSÃO DE 5/8/2011.

"8 - REGIMENTO. 8.1 - Proc. 2009.1.480.18.5 - ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS - Parecer PG.P.2038/11 - RUSP, datado de 19/07/2011, da Procuradoria Acadêmica ao Senhor Procurador Geral, contendo a Proposta de Reforma Regimento da EESC (fls. 283 a 294) - cópia anexa. Inicialmente, o Sr. Presidente esclareceu que a proposta apresentada pela Procuradoria Geral refere-se praticamente à adequação do texto ao Regimento Geral e ao Estatuto da Universidade, e destacou a sugestão de reformulação do Título V, Capítulo I. Após ampla discussão da matéria em destaque, o Sr. Presidente questionou aos membros do colegiado se o assunto estava devidamente instruído e, após a concordância unânime dos membros, procedeu-se a votação e a Congregação aprovou, por unanimidade, as alterações sugeridas no Parecer PG.P.2038/11 e a proposta da Diretoria, que sugere a seguinte redação para o Título V, Capítulo I do Regimento da EESC: "Artigo 41 - O concurso referido no artigo 39 poderá ser feito em duas fases, devendo essa disposição constar do edital de abertura do concurso. § 1º - As provas para o concurso de professor doutor realizado em uma única fase constam de: I - julgamento do memorial com prova pública de arguição - peso 4 (quatro); II - prova didática - peso 4 (quatro); e III - prova prática ou escrita, conforme estabelecido no edital do concurso - peso 2 (dois). § 2º - As provas para o concurso de professor doutor realizado em duas fases constam de: I - prova escrita - peso 2 (dois); II - julgamento do memorial com prova pública de arguição - peso 4 (quatro); III - prova didática - peso 4 (quatro). § 3º - Se o concurso se processar em duas fases, a primeira será eliminatória e deverá consistir em prova escrita. Nesse caso, o candidato que obtiver nota menor do que 7,0 (sete), da maioria dos membros da Comissão Julgadora, estará eliminado do concurso. §4º - As provas referidas nos parágrafos 1º e 2º, incisos I, II e III serão realizadas conforme o disposto no Regimento Geral da USP. §5º - A modalidade de prova referida no inciso III do §1º será fixada pela Congregação, por proposta do Departamento, quando da abertura do Concurso, devendo constar do Edital. §6º - No caso de opção pela prova prática, sua forma de realização deverá ser proposta pelo Departamento interessado, em função da especificidade da área de conhecimento, e aprovada pela Congregação. §7º - Na prova de arguição, cada examinador poderá utilizar até trinta minutos para apresentar suas questões, cabendo ao candidato igual tempo para as respostas."

À Diretoria, para as providências pertinentes.

São Carlos, 12/8/2011

  
Silvana Flores Giampá  
Assistente Técnica Acadêmica





UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS

ATAc-19/2011  
GRMC/mampb

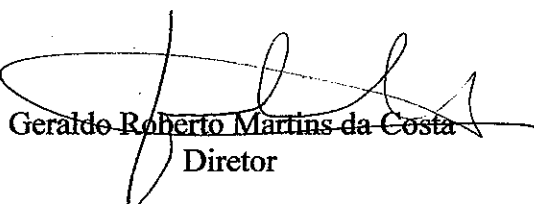
São Carlos, 17 de agosto de 2011.

Magnífico Reitor,

Levamos ao conhecimento de Vossa Magnificência que a Egrégia Congregação da Escola de Engenharia de São Carlos, na 549ª reunião, sessão de 5/8/2011 reapreciou e aprovou a Proposta de Alteração do Regimento desta Escola com as sugestões indicadas pela Procuradoria Geral, a qual encaminhamos em anexo para ser, novamente, submetida à apreciação do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo.

Na oportunidade renovamos nossos protestos de consideração e apreço.

Cordialmente,

  
Geraldo Roberto Martins da Costa  
Diretor

Ilustríssimo Senhor  
Professor Titular João Grandino Rodas  
D.D. Reitor da Universidade de São Paulo  
São Paulo - SP



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Cidade Universitária - S.Paulo - SP CEP 05508-900  
 Tel/fax: (55.11) 211.2096/818-3703 - e-mail: fsl@edu.usp.br

**PROCESSO:** 2009.1.480.18.5  
**INTERESSADO:** Escola de Engenharia de São Carlos  
**ASSUNTO:** Reforma do Regimento Interno

**PARECER**

Tratam os autos de reforma do Regimento Interno da Escola de Engenharia de São Carlos. Após aprovada pela Congregação da Unidade, a proposta foi encaminhada, para exame jurídico-formal, à Procuradoria Geral da USP.

Em seu parecer PG.P.2038/11 – RUSP, anexo sob fls. 283 a 294, foram feitas sugestões para o aperfeiçoamento do Instrumento. Em linhas gerais, tais sugestões ensejam adequação do texto aos regulamentos vigentes, às técnicas legislativas e à clareza de redação.

Retornando os autos à Unidade, o Regimento foi refeito, consoante as sugestões da Procuradoria Geral, todas acolhidas. A nova redação foi aprovada pela Congregação da Escola de Engenharia de São Carlos, em sua 549ª. sessão ordinária, realizada em 05/08/2011, conforme informação constante de fls. 297 dos autos.


Em relação à matéria, tenho a ponderar:

1 – entendo que a formulação do artigo 8º, Capítulo IV (Do Conselho Técnico-Administrativo) deva merecer a seguinte formulação: “Compõem o Conselho Técnico-Administrativo (CTA): ...” (pg. 307);

2 – seria conveniente que a Procuradoria Geral examinasse e confirmasse se a nova redação conferida à Seção I (Dos Concursos para o Cargo de Professor Doutor), Capítulo I, Título V (fls. 315 dos autos) atende ao que foi solicitado no Parecer 2038/11. Nesse Parecer (fls. 291) foi solicitado que a Unidade reformulasse a Seção I, a fim de cumprir as normas regimentais e à vista da alteração dos artigos 135, 138 e 139 do Regimento Geral (Resolução no. 5927, de 08/07/2011).

É o entendimento que submeto à consideração do Conselho.

São Paulo, de 08 de setembro de 2011

  
 Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu  
 Membro da CLR

Encaminhem-se os autos, conforme solicitado às  
 fls. 324, à PG-USP, voltando, oportunamente, à SG/CLR.  
 São Paulo, 09 de setembro de 2011.

  
 Rubens Beçak  
 Secretário Geral



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL

326

PG. P. 2745/11 - RUSP  
RL/

**AUTOS USP nº:** 2009.1.480.18.5

**INTERESSADO:** Escola de Engenharia de São Carlos

**ASSUNTO:** Reforma do Regimento Interno. Parecer PG. P. nº 2038/11. Análise jurídico-formal. Continuação.

P A R E C E R

Senhor Procurador Geral,

Trata-se de proposta de reforma do Regimento da Escola de Engenharia de São Carlos (fls. 298/321), anteriormente analisada no Parecer PG. P nº 2038/11 desta Procuradoria (fls. 283/294), cujas sugestões foram aprovadas pela Congregação da Unidade, na 549ª sessão realizada em 5 de agosto de 2011 (fls. 296).

A CLR manifestou-se acerca da proposta de alteração do Regimento da EESC (fls. 324): ponderou sobre a concordância do verbo "compor", no artigo 8º da proposta, bem como sobre a conveniência de que a Procuradoria Geral examinasse a reformulação da Seção I do Capítulo I do Título V – Dos Concursos para o Cargo de Professor Doutor, em vista da alteração dos artigos 135, 138 e 139 do Regimento Geral (Resolução nº 5927, de 8 de julho de 2011).

Em breve síntese, é o relatório. Passamos a opinar.





UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL

328

<p>4(quatro);</p> <p>III - prova prática ou escrita, conforme for estabelecido no edital do concurso - 2 (dois).</p> <p>§ 1º - As provas referidas nos incisos I e II serão realizadas conforme o disposto nos arts. 136 e 137 do Regimento Geral, respectivamente.</p> <p>§ 2º - A modalidade de prova referida no inciso III será fixada pela Congregação, por proposta do Departamento, quando da abertura do Concurso, devendo constar do Edital.</p> <p>§ 3º - No caso de opção pela prova prática, sua forma de realização deverá ser proposta pelo Departamento interessado, em função da especificidade da área de conhecimento, e aprovada pela Congregação.</p> <p>Artigo 59 - Caso o Departamento opte pela prova escrita, que compreenderá uma dissertação de caráter geral sobre o ponto</p>	<p>II - (...)</p> <p>III - (...)</p> <p>§4º - As provas referidas nos parágrafos 1º e 2º, incisos I, II e III serão realizadas conforme o disposto no Regimento Geral da USP.</p> <p>§5º - A modalidade de prova referida no inciso III do §1º será fixada pela Congregação, por proposta do Departamento, quando da abertura do concurso, devendo constar do Edital.</p> <p>§6º - No caso de opção pela prova prática, sua forma de realização deverá ser proposta pelo Departamento interessado, em função da especificidade da área de conhecimento, e aprovada pela Congregação.</p>	<p><i>constar expressamente do seu Regimento (inciso IV do §2º do artigo 135 do Regimento Geral).<sup>1</sup> Apenas uma prova pode ser incluído. Não alternativas de provas.</i></p> <p>§4º - As provas referidas nos §§ 1º e 2º serão realizadas conforme o disposto no Regimento Geral da USP.</p> <p><i>A prova referida no inciso III do §1º deve estar expressamente definida no Regimento da Unidade. Não há alternativas de provas.<sup>2</sup> Rever a redação do dispositivo.</i></p> <p><i>A redação do dispositivo deve ser revista, pois a prova referida no inciso III do §1º deve estar expressamente prevista no Regimento da Unidade. Além disso, é facultado à Unidade definir no seu Regimento Interno a prova referida no inciso IV do §2º do artigo 135 do Regimento Geral (quarta prova no concurso de duas fases). No entanto,</i></p>
---	--	---

<sup>1</sup> Cf. § 4º do artigo 135 do Regimento Geral: "Se o concurso se processar em duas fases, a inclusão de outra prova adicional, além da prova escrita, conforme o inciso IV ficará a critério da Unidade."

<sup>2</sup> Cf. artigo 138 do Regimento Geral: "A outra prova referida no inciso III do § 1º e inciso IV do § 2º do art 135 deste Regimento, será estabelecida e regulamentada nos regimentos das Unidades." (g.n.) - alterado pela Resolução nº 5929/2011.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL

19

sorteado, será observado o disposto no art. 139 do Regimento Geral.		apenas uma prova pode ser definida como quarta: não há possibilidade de opção. Não há alternativas de provas. <sup>3</sup>
---	--	--

Com as considerações acima, recomendamos a reapreciação da proposta pela Unidade.

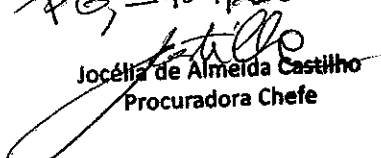
É o parecer.

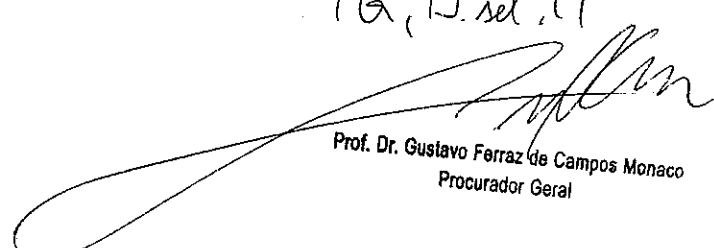
À consideração superior.

Se aprovado, encaminhem-se os autos ao SG.

Procuradoria Geral, 16 de setembro de 2011.

  
**REGIS LATTOUF**  
Procurador  
Procuradoria Acadêmica

*De acordo.*  
*PG, 19/09/11.*  
  
Jocélia de Almeida Castilho  
Procuradora Chefe

*Acolho o Parecer.*  
*à SG para inclusão*  
*na pauta da d.-CLR.*  
*PG, 19.set.11*  
  
Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco  
Procurador Geral

<sup>3</sup> Cf. artigo 138 do Regimento Geral.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS

331

ATAc-22/2011  
GRMC/sfg

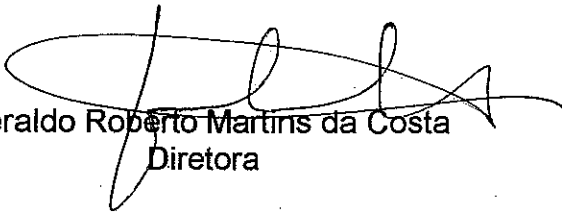
São Carlos, 19 de outubro de 2011.

Senhor Secretário Geral,

Realizadas as alterações sugeridas pela Procuradoria Geral, encaminhamos em anexo o Regimento da Escola de Engenharia de São Carlos para ser submetido à apreciação do Conselho Universitário da USP.

Na oportunidade renovamos nossos protestos de consideração e apreço.

Cordialmente,

  
Geraldo Roberto Martins da Costa  
Diretora

**Ilustríssimo Senhor**  
**Professor Doutor RUBENS BEÇAK**  
**D.D. Secretário Geral da USP**  
**São Paulo - SP**

SECRETARIA GERAL 21/OUT/2011 16:21 00000

**TÍTULO I**  
**DA CONSTITUIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO**

**CAPÍTULO I**  
**DA CONSTITUIÇÃO**

**Artigo 1º** - A Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), criada pela Lei Estadual 161, de 24 de setembro de 1948, e estruturada pela Lei 1968, de 16 de dezembro de 1952, é constituída dos seguintes Departamentos:

Departamentos:

- I - Departamento de Engenharia de Estruturas - SET;
- II - Departamento de Hidráulica e Saneamento - SHS;
- III - Departamento de Engenharia Mecânica - SEM;
- IV - Departamento de Engenharia Elétrica e de Computação - SEL;
- V - Departamento de Geotecnia - SGS;
- VI - Departamento de Engenharia de Transportes - STT;
- VII - Departamento de Engenharia de Materiais - SMM;
- VIII - Departamento de Engenharia Aeronáutica - SAA; e
- IX - Departamento de Engenharia de Produção - SEP.

Parágrafo único - Constituem também a Unidade os seguintes Centros:

- I - Centro de Tecnologia Educacional para Engenharia - CETEPE; e
- II - Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada - CRHEA, vinculado do Departamento de Engenharia Hidráulica e Saneamento.

**CAPÍTULO II**  
**DA ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 2º** - Os órgãos da Administração da EESC são:

- I - Congregação - CON;
- II - Conselho Técnico-Administrativo - CTA;
- III - Diretoria - DIR;
- IV - Comissão de Graduação - CG;
- V - Comissão de Pós-Graduação - CPG;
- VI - Comissão de Pesquisa - CPq; e
- VII - Comissão de Cultura e Extensão Universitária - CCEx.



**CAPÍTULO III  
DA CONGREGAÇÃO**

**Artigo 3º** - A Congregação, órgão consultivo e deliberativo, tem a seguinte constituição:

I - o Diretor, seu Presidente;

II - o Vice-Diretor;

III - o Presidente da Comissão de Graduação;

IV - o Presidente da Comissão de Pós-Graduação;

V - o Presidente da Comissão de Pesquisa;

VI - o Presidente da Comissão de Cultura Extensão Universitária;

VII - os Chefes dos Departamentos;

VIII - a representação docente, consoante a seguinte indicação:

a) cinquenta por cento dos professores titulares, assegurado um mínimo de cinco;

b) professores associados em número correspondente à metade dos professores titulares, referidos na letra a, assegurado um mínimo de quatro;

c) professores doutores em número equivalente a trinta por cento dos professores titulares, referidos na letra a, assegurado um mínimo de três;

d) um assistente;

e) um auxiliar de ensino.

IX - a representação discente, equivalente a dez por cento do número de membros docentes da Congregação, distribuída proporcionalmente entre estudantes de graduação e pós-graduação; e

X - a representação dos servidores técnicos e administrativos, lotados na Unidade, equivalente a cinco por cento do número de membros docentes da Congregação, limitada ao máximo de três representantes, eleitos pelos seus pares.

**Artigo 4º** - A Congregação, em primeira e segunda convocação, somente poderá funcionar com a presença de mais da metade de seus membros.

§1º - As decisões da CON a que se refere este artigo serão adotadas por maioria simples, exceto nos casos em que se exigir *quorum* especial.

§2º - A convocação para as reuniões da CON será feita por escrito, com um mínimo de quarenta e oito horas de antecedência.

**Artigo 5º** - A Congregação reunir-se-á ordinariamente para a abertura e encerramento do ano letivo e, extraordinariamente, sempre que a convocar seu Presidente ou um terço dos seus membros em exercício.

**Artigo 6º** - À Congregação compete, além do que consta no Estatuto e no Regimento Geral da USP:

I - aprovar os regimentos dos Centros e Comissões;

II - aprovar as alterações no número de vagas dos cursos existentes na EESC;

III - aprovar proposta de programas e projetos referentes à extensão de serviços à comunidade, bem como convênios; e

IV - eleger um representante e respectivo suplente, entre seus membros titulares para integrar a CG.

**Artigo 7º** - A Congregação terá um regimento interno próprio, por ela aprovado, que ordenará o seu funcionamento.

**CAPÍTULO IV**  
**DO CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

**Artigo 8º** - Compõem o Conselho Técnico-Administrativo (CTA):

- I - Diretor da Unidade, seu Presidente;
- II - Vice-Diretor;
- III - Chefes dos Departamentos;
- IV - um representante discente; e
- V - um representante dos servidores técnicos e administrativos.

**Artigo 9º** - Ao CTA compete, além do que consta no Estatuto e no Regimento Geral da USP:

- I - aprovar o horário das aulas ministradas na EESC, elaborado pelas Comissões Coordenadoras de Cursos (CoCs); e
- II - deliberar sobre relatório apresentado por docente em RDIDP e em período de experimentação.

**Artigo 10** - As reuniões do CTA serão convocadas pelo Diretor da EESC ou por um terço de seus membros.

**Artigo 11** - A convocação para as reuniões do CTA será feita por escrito, com o mínimo de quarenta e oito horas de antecedência.

Parágrafo único - O envio da Ordem do Dia e da ata da reunião anterior será com antecedência mínima de quarenta e oito horas da reunião.

**Artigo 12** - O CTA terá um regimento interno próprio, aprovado pela Congregação, o qual ordenará o seu funcionamento.

**CAPÍTULO V**  
**DO DIRETOR**

**Artigo 13** - Ao Diretor, além das atribuições constantes do Estatuto e Regimento Geral, compete decidir, quando julgar necessário, *ad referendum* da Congregação ou do Conselho Técnico-Administrativo.

**CAPÍTULO VI**  
**DOS DEPARTAMENTOS**

**Artigo 14** - Compete ao Conselho do Departamento, além das atribuições contidas no Estatuto e no Regimento Geral da USP, o seguinte:

- I - definir as áreas de competência em ensino, pesquisa e cultura e extensão do Departamento;
- II - propor a criação e oferecimento de disciplinas e programas de pesquisa nas áreas de competência do Departamento;
- III - zelar pelo ensino das disciplinas do Departamento;
- IV - propor convênios de intercâmbio, visando ao aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e da cultura e extensão;
- V - estabelecer a composição e o mandato de suas Comissões internas, quando necessário, bem como proceder às eleições respectivas;
- VI - eleger os representantes das Comissões nas quais o Departamento tiver representação;
- VII - organizar, propor às Comissões e executar programas de pesquisa, de aperfeiçoamento didático, de cultura e extensão de serviços à comunidade;
- VIII - deliberar sobre quaisquer assuntos que interessem ao Departamento e não sejam de competência de órgãos superiores;
- IX - promover as atividades de docência, pesquisa e extensão pelo corpo docente nas áreas de competência do Departamento;
- X - deliberar sobre os pedidos de colaboração de docentes para prestação de serviços; e
- XI - deliberar sobre pedidos para o exercício de atividades visando à aplicação e difusão de conhecimentos.

## **TÍTULO II DO ENSINO**

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 15** - A EESC manterá cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão universitária em Engenharia.

§1º - A EESC poderá oferecer outras modalidades de ensino, consoante o disposto no Estatuto, no Regimento Geral da USP e na legislação complementar.

§2º - A EESC poderá ministrar disciplinas para cursos de outras Unidades da USP.

**Artigo 16** - O prazo máximo de integralização dos créditos para cada curso de graduação será de nove anos, sendo que casos excepcionais deverão ser examinados pela CG.

### **CAPÍTULO II DA GRADUAÇÃO**

#### **SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 17** - A coordenação do ensino de graduação na EESC estará a cargo da CG.

Parágrafo único - Cada curso será coordenado por sua respectiva Comissão de Coordenação de Curso (CoC).

**Artigo 18** - Cada curso terá um currículo aprovado pelo Conselho de Graduação (CoG), que estabelecerá o elenco de disciplinas obrigatórias e o número de créditos em disciplinas optativas.

**Artigo 19** - O currículo de cada curso deverá indicar a obrigatoriedade ou não da realização de créditos em disciplinas optativas.

Parágrafo único - O currículo de cada curso poderá prever a existência de ênfases propostas pelas respectivas CoCs e aprovadas pelos órgãos superiores da Unidade e pelo CoG.

#### **SEÇÃO II DA MATRÍCULA**

**Artigo 20** - Além do disposto no Regimento Geral da USP, no Regimento do Conselho de Graduação e nas suas Resoluções, o número total de créditos obtidos em disciplinas optativas, que sejam obrigatórias em curso ou em ênfases de curso diferentes daquele em que o aluno se encontra matriculado, não poderá ser superior a vinte por cento.

**SEÇÃO III  
DA COMISSÃO DE GRADUAÇÃO**

**Artigo 21** - A CG da EESC tem a seguinte constituição:

- I - um representante docente de cada uma das CoCs, a ser definido por elas;
- II - um representante da CON da EESC; e
- III - representação discente, correspondendo a vinte por cento dos membros docentes.

**Artigo 22** - A CG elegerá, dentre seus membros docentes titulares, respeitados os §§5º e 6º do artigo 45 do Estatuto, seu Presidente e respectivo suplente, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

**Artigo 23** - Compete à CG, além das atribuições contidas no Regimento Geral e no Estatuto da USP, no Regimento do Conselho de Graduação e nas Resoluções emanadas do CoG:

- I - propor à Congregação as diretrizes para a Graduação na Unidade;
- II - julgar os pedidos de dispensa de cursar disciplinas, módulos ou eixos temáticos, após manifestação do Departamento e da CoC correspondente;
- III - coordenar as atividades referentes ao funcionamento dos cursos;
- IV - encaminhar anualmente solicitação de dotação orçamentária ao CTA;
- V - estabelecer os critérios de distribuição, entre as CoCs, da dotação orçamentária anual destinada pelo CTA;
- VI - encaminhar demonstrativo da aplicação dos recursos, ao final do ano, ao CTA;
- VII - realizar as funções a ela atribuídas, contidas no Título VI, Capítulo I deste Regimento; e
- VIII - exercer as demais funções que lhe forem atribuídas pelos órgãos superiores.

**SEÇÃO IV  
DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DE CURSOS (CoC)**

**Artigo 24** - A composição das CoCs obedecerá o estabelecido nas normas vigentes na Universidade.

**Artigo 25** - Cada CoC elegerá, dentre seus membros docentes titulares pertencentes à EESC, o seu coordenador e respectivo suplente, bem como seu representante e respectivo suplente na CG.

Parágrafo único - O número de reconduções do mandato do coordenador e seu suplente será definido no Regimento da CoC respectiva.

**Artigo 26** - Compete às CoCs, além das atribuições contidas no Regimento do Conselho de Graduação e nas Resoluções emanadas do CoG:

I - propor à CG os programas de ensino das disciplinas, módulos ou eixos temáticos ministrados em cada curso, ouvidos os Departamentos envolvidos, quando for o caso;

II - propor à CG o conjunto de disciplinas, módulos ou eixos temáticos que compõe cada uma das ênfases, ouvidos os Departamentos envolvidos, quando for o caso;

III - enviar à CG, anualmente, relatório de suas atividades e de aplicação dos recursos recebidos, bem como o planejamento, com o orçamento correspondente, para o ano seguinte;

IV - analisar a pertinência do conteúdo programático de cada disciplina, visando promover a integração das diferentes disciplinas, módulos ou eixos temáticos que compõem o currículo;

V - promover o aperfeiçoamento constante do ensino, no que diz respeito à adequação curricular, melhoria e implantação de laboratórios didáticos, biblioteca e recursos didático-pedagógicos;

VI - aplicar os recursos destinados pela CG, de acordo com o orçamento elaborado;

VII - propor à CG, para os cursos regulares de graduação, os critérios e processo de ensino não presencial de cada curso, bem como eventuais módulos de ensino à distância, ouvidos os Departamentos envolvidos, quando necessário; e

VIII - exercer as demais funções que lhe forem atribuídas pelos órgãos superiores.

**CAPÍTULO III  
DA PÓS-GRADUAÇÃO**

**SEÇÃO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 27** - A EESC oferece cursos e atividades de pós-graduação, acadêmica e profissionalizante, nos termos da legislação superior.

**SEÇÃO II  
DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**Artigo 28** - A CPG será composta dos Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação a ela vinculados e da representação discente, nos termos das normas vigentes na Universidade.

§1º - Os Coordenadores dos Programas serão eleitos pelos orientadores credenciados, observado o disposto na legislação vigente.

§2º - A CPG elegerá, dentre seus membros docentes titulares, seu Presidente e respectivo suplente, observado o disposto na legislação vigente.

**Artigo 29** - Compete à Comissão de Pós-Graduação, além das atribuições contidas no Estatuto, no Regimento Geral da USP e no Regimento do Conselho de Pós-Graduação:

I - propor à Congregação as diretrizes para a Pós-Graduação na Unidade; e

II - exercer as demais funções que lhe forem atribuídas pelos órgãos superiores.



**TÍTULO III  
DA PESQUISA**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 30** - As propostas de convênio de pesquisa serão apreciadas pela CON.

**Artigo 31** - A EESC e seus Departamentos poderão promover a realização de Congressos, Simpósios e Seminários para estudos e debates, assim como facilitar o comparecimento dos pesquisadores em certames semelhantes.

**CAPÍTULO II  
DA COMISSÃO DE PESQUISA**

**Artigo 32** - A CPq será composta por:

I - um representante docente de cada Departamento, eleitos pelos Conselhos de Departamento; e

II - representação discente, titular e suplente, correspondente a vinte por cento do total da representação docente, eleita por seus pares, dentre os alunos regularmente matriculados em cursos de pós-graduação da EESC.

Parágrafo único - O mandato dos membros docentes será de três anos, permitida uma recondução.

**Artigo 33** - A Comissão de Pesquisa elegerá, dentre seus membros docentes titulares, seu Presidente e respectivo suplente, observado o disposto na legislação vigente.

**Artigo 34** - Compete à CPq, além das atribuições emanadas nas Resoluções do disposto no art. 13 do Regimento do Conselho de Pesquisa (CoPq):

I - propor à Congregação as diretrizes de pesquisa para a Unidade;

II - cadastrar e avaliar as atividades de pesquisa e a produção científica realizada na EESC;

III - fomentar convênios de pesquisa;

IV - promover e estimular a capacitação e as atividades de produção científica na EESC; e

V - exercer as demais funções que lhe forem atribuídas pelos órgãos superiores.

**TÍTULO IV**  
**DA CULTURA E EXTENSÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE**

**CAPÍTULO I**  
**DA COMISSÃO DE CULTURA E EXTENSÃO**

**Artigo 35** - A CCEX será composta de:

I - um representante docente e seu suplente de cada Departamento, eleitos pelo Conselho de Departamento; e

II - representação discente, titular e suplente, correspondente a vinte por cento do total da representação docente, eleitos por seus pares, dentre os alunos regularmente matriculados em cursos de graduação da EESC.

Parágrafo único - O mandato dos membros docentes será de três anos, permitida a recondução e renovando-se, anualmente, a representação pelo terço.

**Artigo 36** - A CCEX elegerá, dentre seus membros docentes titulares, seu Presidente e respectivo suplente, observado o disposto na legislação vigente.

**Artigo 37** - Compete à CCEX, além das atribuições contidas no Estatuto, no Regimento Geral e no Regimento do Conselho de Cultura e Extensão Universitária da USP:

I - propor à Congregação as diretrizes de cultura e extensão para a Unidade;

II - executar programas de cooperação cultural e técnico-científica nas áreas definidas pelos Departamentos e Centros da EESC, em que detenha ou gere conhecimentos de interesse técnico e sócioeconômico; e

III - exercer as demais funções que lhe forem conferidas por órgãos superiores.

**TÍTULO V  
DO CORPO DOCENTE**

**CAPÍTULO I  
DA CARREIRA DOCENTE**

**SEÇÃO I  
DOS CONCURSOS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR DOUTOR**

**Artigo 38** - O concurso para o provimento do cargo de Professor Doutor far-se-á nos termos das disposições do Regimento Geral, publicando-se o edital no Diário Oficial do Estado.

**Artigo 39** - As disciplinas de que trata o §1º do art. 125 do Regimento Geral serão exclusivamente de graduação, sob responsabilidade de oferecimento do Departamento.

**Artigo 40** - O concurso referido no artigo 38 poderá ser feito em duas fases, devendo essa disposição constar do edital de abertura do concurso.

§1º - As provas para o concurso de professor doutor realizado em uma única fase constam de:

I - julgamento do memorial, com prova pública de arguição - peso 4 (quatro);

II - prova didática - peso 4 (quatro); e

III - prova escrita - peso 2 (dois).

§2º - As provas para o concurso de professor doutor realizado em duas fases constam de:

I - prova escrita - peso 2 (dois);

II - julgamento do memorial com prova pública de arguição - peso 4 (quatro); e

III - prova didática - peso 4 (quatro).

§3º - Se o concurso se processar em duas fases, a primeira será eliminatória e deverá consistir em prova escrita. Nesse caso, o candidato que obtiver nota menor do que 7,0 (sete), da maioria dos membros da Comissão Julgadora, estará eliminado do concurso.

§4º - As provas referidas nos §§ 1º e 2º serão realizadas conforme o disposto no Regimento Geral da USP.

§5º - Na prova de arguição, cada examinador poderá utilizar até trinta minutos para apresentar suas questões, cabendo ao candidato igual tempo para as respostas.

**SEÇÃO II**  
**DOS CONCURSOS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR TITULAR**

**Artigo 41** - O concurso para provimento do cargo de Professor Titular far-se-á nos termos do Estatuto e do Regimento Geral, publicando-se o edital no Diário Oficial do Estado.

**Artigo 42** - O concurso para o cargo de Professor Titular consta das seguintes provas, com os respectivos pesos:

I - julgamento de títulos - 4 (quatro);

II - prova pública oral de erudição - 2 (dois); e

III - prova pública de arguição - 4 (quatro).

**Artigo 43** - A duração mínima da prova de erudição será de quarenta, e a máxima de sessenta minutos.

**Artigo 44** - A prova pública de arguição destina-se à avaliação geral da qualificação do candidato, com atenção aos trabalhos publicados, linhas e projetos de pesquisas desenvolvidos, orientação de trabalhos técnicos e científicos, cursos ministrados, atividades didáticas, de extensão, de gestão acadêmica e produção técnica e artística.

Parágrafo único - Na prova de arguição, cada examinador poderá utilizar até trinta minutos para apresentar suas questões, cabendo ao candidato igual tempo para as respostas.

**SEÇÃO III**  
**DA LIVRE-DOCÊNCIA**

**Artigo 45** - O concurso para a Livre-Docência far-se-á nos termos do Estatuto e do Regimento Geral, publicando-se o edital no Diário Oficial do Estado.

**Artigo 46** - As inscrições para a Livre-Docência na EESC estarão abertas para todos os Departamentos durante os meses de março e agosto de cada ano.

**Artigo 47** - As provas, para o Concurso de Livre-Docência, com os respectivos pesos, são as seguintes:

I - prova escrita - 2 (dois);

II - defesa de tese ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela - 3 (três);

III - julgamento do memorial, com prova pública de arguição - 3 (três); e

IV - avaliação didática - 2 (dois).

§1º - A critério da Congregação, por proposta do Departamento, poderá ainda ser realizada uma prova prática.

§2º - Caso seja efetuada a prova prática, o peso desta e o da prova escrita passarão a ser 1 (um).

§3º - Na realização da prova prática, será observado o disposto no item III, §1º do art. 40 deste Regimento.

§4º - A prova de avaliação didática constará de aula, em nível de pós-graduação, a ser realizada nos termos do disposto no art. 156 e seus parágrafos do Regimento Geral.

**TÍTULO VI  
DO CORPO DISCENTE**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 48** - A constituição do corpo discente da EESC regular-se-á pelo disposto nos artigos 203 a 207 do Regimento Geral.

**CAPÍTULO II  
DOS ALUNOS MONITORES**

**Artigo 49** - Alunos monitores poderão ser admitidos pelos Departamentos para colaborar nas atividades de ensino de graduação, tendo como objetivos:

- I - auxiliar na preparação de material didático;
- II - auxiliar na correção de listas de exercícios e relatórios;
- III - acompanhar e auxiliar em práticas de laboratório; e
- IV - acompanhar e auxiliar em atividades de projeto da disciplina.

**Artigo 50** - As funções de monitor poderão ser exercidas por alunos matriculados nos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* da EESC, selecionados mediante análise do rendimento escolar.

Parágrafo único - Os Departamentos devem conduzir o processo de seleção.

**Artigo 51** - A EESC concederá bolsas para contemplar o exercício da função de monitor, sendo vedada a acumulação com qualquer outra bolsa, instituindo a alínea orçamentária específica.

**Artigo 52** - Caberá à CG, em função da demanda dos cursos e do orçamento disponível, estabelecer o valor da bolsa, visando atender ao máximo dos pedidos dos cursos.

**Artigo 53** - Quando o número de pedidos exceder ao número de bolsas, a CG estabelecerá os critérios de desempate, considerando:

- I - número de bolsas por curso;
- II - número de bolsas por disciplina;
- III - número de alunos por disciplina; e
- IV - número de alunos atendidos por monitor.

**Artigo 54** - A CG deverá acompanhar as atividades de monitoria, elaborando relatório anual a ser apresentado ao CTA.

**Artigo 55** - O Departamento fará a avaliação do monitor e fornecerá um certificado para documentar o exercício da função.

**CAPÍTULO III**  
**DA REPRESENTAÇÃO DISCENTE**

**Artigo 56** - Poderão votar nas eleições para a representação discente junto aos órgãos colegiados da EESC os alunos regularmente matriculados em disciplina obrigatória de seu curso de graduação ou em programa de pós-graduação que diga respeito ao âmbito do colegiado respectivo.

§1º - No caso de alunos de graduação, conforme art. 224 do Regimento Geral, serão elegíveis para a representação discente junto aos órgãos colegiados da EESC os alunos regularmente matriculados que tenham cursado pelo menos doze créditos no conjunto dos dois semestres imediatamente anteriores.

§2º - Juntamente com o representante, será eleito o suplente.

§3º - Os Departamentos deverão indicar em seus regimentos a proporção de representação discente entre os cursos de graduação ou pós-graduação das áreas em que haja participação preponderante do Departamento, priorizando a representação de graduação.

## TÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 57** - Todos os regimentos, sejam dos Conselhos dos Departamentos, dos Centros, das Comissões e dos Programas de Pós-Graduação, deverão ser aprovados pela Congregação.

**Artigo 58** - A reavaliação quinquenal das atividades docentes, conforme preceitua o Estatuto da USP, será realizada de acordo com normas a serem estabelecidas pela Congregação para cada processo de avaliação.

**Artigo 59** - As propostas de criação de núcleos de apoio com sede na EESC deverão ser aprovadas pela Congregação.

**Artigo 60** - As eleições das representações docentes e dos servidores técnicos e administrativos junto a colegiados da EESC serão disciplinadas por Portaria do Diretor, que deverá ser amplamente divulgada, com a antecedência mínima de trinta dias.

**Artigo 61** - A EESC terá uma Comissão de Biblioteca, integrada por:

I - um representante de cada Departamento;

II - um representante da CG;

III - um representante da CPG; e

IV - dois representantes discentes, eleitos pelos seus pares, sendo um de graduação e um de pós-graduação.

§1º - O representante citado no inciso I será indicado pelo Conselho do Departamento e homologado pela Congregação.

§2º - Os representantes citados nos incisos II e III serão indicados pelas respectivas Comissões e homologados pela Congregação.

§3º - As atribuições da Comissão de Biblioteca serão definidas no seu Regimento.

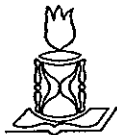
**Artigo 62** - Se, no prazo de trinta minutos, decorridos da hora estabelecida para abertura do Concurso, não estiverem presentes todos os membros da Comissão Julgadora, a reunião será adiada por prazo não superior a vinte e quatro horas.

**Artigo 63** - O presente Regimento poderá ser emendado a qualquer tempo, por deliberação da maioria absoluta dos membros da Congregação, entrando em vigor após aprovação do Conselho Universitário.

## TÍTULO VIII DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

**Artigo 1º** - A Congregação, o CTA, os Departamentos, as Comissões referidas no art. 44 do Estatuto, os Centros e a Biblioteca, dentro do prazo de cento e vinte dias, a contar da vigência deste Regimento, deverão enviar à Congregação, para estudo e aprovação, os seus regimentos internos.





**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Cidade Universitária - S.Paulo - SP CEP 05508-900  
Tel/fax: (55.11) 211.2096/818-3703 - e-mail: fsl@edu.usp.br

**PROCESSO:** 2009.1.480.18.5  
**INTERESSADO:** Escola de Engenharia de São Carlos  
**ASSUNTO:** Reforma do Regimento Interno

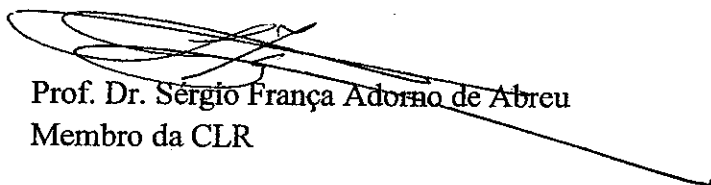
**PARECER**

Em resposta às indagações formuladas no parecer anterior (fls. 324 dos autos), a Procuradoria Geral dirimiu as dúvidas e fez sugestões de mudança ao Regimento Interno (fls. 326-9). Retornando os autos à Escola de Engenharia de São Carlos, foram procedidos reparos à redação e incorporadas as sugestões formuladas.

Neste sentido, satisfeitas as exigências, proponho aprovação do Regimento Interno da EESC.

É o parecer que submeto à consideração do Colegiado.

São Paulo, 01 de novembro de 2011

  
Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu  
Membro da CLR

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_

FLS. N.º \_\_\_\_\_

Proc. N.º \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**Processo:** 2009.1.480.18.5

**Interessado:** ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS

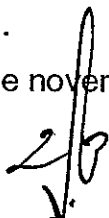
A CLR, em sessão realizada em 4 de novembro de 2011, aprovou o parecer do relator, favorável à proposta do novo Regimento da Escola de Engenharia de São Carlos.

São Paulo, 10 de novembro de 2011.

  
Prof. Dr. Francisco de Assis Leone  
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 10 de novembro de 2011.

  
Rubens Beçak  
Secretário Geral



Secretaria Geral

## MINUTA

**RESOLUÇÃO Nº** \_\_\_\_\_, **DE** \_\_\_\_\_ **DE** \_\_\_\_\_ **DE 2012.**

Baixa o Regimento da Escola de Engenharia de São Carlos.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em \_\_\_\_\_ 2012, baixa a seguinte

### **RESOLUÇÃO:**

**Artigo 1º** - Fica aprovado o Regimento da Escola de Engenharia de São Carlos, anexo à presente Resolução.

**Artigo 2º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 3º** - Ficam revogadas as Resoluções nºs 4083/94, 4193/95, 4622/98, 4880/2001, 4967/2002 e 5898/2010.

Reitoria da Universidade de São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS  
Reitor

RUBENS BEÇAK  
Secretário Geral



Secretaria Geral

## **REGIMENTO DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS**

### **TÍTULO I**

#### **DA CONSTITUIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO**

##### **CAPÍTULO I**

##### **DA CONSTITUIÇÃO**

**Artigo 1º** - A Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), criada pela Lei Estadual 161, de 24 de setembro de 1948, e estruturada pela Lei 1968, de 16 de dezembro de 1952, é constituída dos seguintes Departamentos:

- I - Departamento de Engenharia de Estruturas - SET;
- II - Departamento de Hidráulica e Saneamento - SHS;
- III - Departamento de Engenharia Mecânica - SEM;
- IV - Departamento de Engenharia Elétrica e de Computação - SEL;
- V - Departamento de Geotecnia - SGS;
- VI - Departamento de Engenharia de Transportes - STT;
- VII - Departamento de Engenharia de Materiais - SMM;
- VIII - Departamento de Engenharia Aeronáutica - SAA; e
- IX - Departamento de Engenharia de Produção - SEP.

Parágrafo único – Constituem também a Unidade os seguintes Centros:

- I - Centro de Tecnologia Educacional para Engenharia - CETEPE; e
- II - Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada - CRHEA, vinculado do Departamento de Engenharia Hidráulica e Saneamento.

##### **CAPÍTULO II**

##### **DA ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 2º** - Os órgãos da Administração da EESC são:

- I - Congregação - CON;



Secretaria Geral

- II - Conselho Técnico-Administrativo - CTA;
- III - Diretoria - DIR;
- IV - Comissão de Graduação - CG;
- V - Comissão de Pós-Graduação - CPG;
- VI - Comissão de Pesquisa - CPq; e
- VII - Comissão de Cultura e Extensão Universitária – CCEx.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA CONGREGAÇÃO**

**Artigo 3º** - A Congregação, órgão consultivo e deliberativo, tem a seguinte constituição:

- I – o Diretor, seu Presidente;
- II - o Vice-Diretor;
- III - o Presidente da Comissão de Graduação;
- IV - o Presidente da Comissão de Pós-Graduação;
- V - o Presidente da Comissão de Pesquisa;
- VI - o Presidente da Comissão de Cultura Extensão Universitária;
- VII - os Chefes dos Departamentos;
- VIII - a representação docente, consoante a seguinte indicação:
  - a) cinquenta por cento dos professores titulares, assegurado um mínimo de cinco;
  - b) professores associados em número correspondente à metade dos professores titulares, referidos na letra a, assegurado um mínimo de quatro;
  - c) professores doutores em número equivalente a trinta por cento dos professores titulares, referidos na letra a, assegurado um mínimo de três;
  - d) um assistente;
  - e) um auxiliar de ensino.
- IX - a representação discente, equivalente a dez por cento do número de membros docentes da Congregação, distribuída proporcionalmente entre estudantes de graduação e pós-graduação; e



Secretaria Geral

X - a representação dos servidores técnicos e administrativos, lotados na Unidade, equivalente a cinco por cento do número de membros docentes da Congregação, limitada ao máximo de três representantes, eleitos pelos seus pares.

**Artigo 4º** - A Congregação, em primeira e segunda convocação, somente poderá funcionar com a presença de mais da metade de seus membros.

§ 1º - As decisões da CON a que se refere este artigo serão adotadas por maioria simples, exceto nos casos em que se exigir *quorum* especial.

§ 2º - A convocação para as reuniões da CON será feita por escrito, com um mínimo de quarenta e oito horas de antecedência.

**Artigo 5º** - A Congregação reunir-se-á ordinariamente para a abertura e encerramento do ano letivo e, extraordinariamente, sempre que a convocar seu Presidente ou um terço dos seus membros em exercício.

**Artigo 6º** - À Congregação compete, além do que consta no Estatuto e no Regimento Geral da USP:

- I - aprovar os regimentos dos Centros e Comissões;
- II - aprovar as alterações no número de vagas dos cursos existentes na EESC;
- III - aprovar proposta de programas e projetos referentes à extensão de serviços à comunidade, bem como convênios; e
- IV - eleger um representante e respectivo suplente, entre seus membros titulares para integrar a CG.

**Artigo 7º** - A Congregação terá um regimento interno próprio, por ela aprovado, que ordenará o seu funcionamento.

## CAPÍTULO IV

### DO CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

**Artigo 8º** – Compõem o Conselho Técnico-Administrativo (CTA):

- I – Diretor da Unidade, seu Presidente;
- II - Vice-Diretor;
- III - Chefes dos Departamentos;
- IV - um representante discente; e
- V - um representante dos servidores técnicos e administrativos.



Secretaria Geral

**Artigo 9º** - Ao CTA compete, além do que consta no Estatuto e no Regimento Geral da USP:

- I - aprovar o horário das aulas ministradas na EESC, elaborado pelas Comissões Coordenadoras de Cursos (CoCs); e
- II - deliberar sobre relatório apresentado por docente em RDIDP e em período de experimentação.

**Artigo 10** - As reuniões do CTA serão convocadas pelo Diretor da EESC ou por um terço de seus membros.

**Artigo 11** - A convocação para as reuniões do CTA será feita por escrito, com o mínimo de quarenta e oito horas de antecedência.

Parágrafo único - O envio da Ordem do Dia e da ata da reunião anterior será com antecedência mínima de quarenta e oito horas da reunião.

**Artigo 12** - O CTA terá um regimento interno próprio, aprovado pela Congregação, o qual ordenará o seu funcionamento.

## **CAPÍTULO V**

### **DO DIRETOR**

**Artigo 13** – Ao Diretor, além das atribuições constantes do Estatuto e Regimento Geral, compete decidir, quando julgar necessário, *ad referendum* da Congregação ou do Conselho Técnico-Administrativo.

## **CAPÍTULO VI**

### **DOS DEPARTAMENTOS**

**Artigo 14** - Compete ao Conselho do Departamento, além das atribuições contidas no Estatuto e no Regimento Geral da USP, o seguinte:

- I - definir as áreas de competência em ensino, pesquisa e cultura e extensão do Departamento;
- II - propor a criação e oferecimento de disciplinas e programas de pesquisa nas áreas de competência do Departamento;
- III - zelar pelo ensino das disciplinas do Departamento;
- IV - propor convênios de intercâmbio, visando ao aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e da cultura e extensão;



Secretaria Geral

V - estabelecer a composição e o mandato de suas Comissões internas, quando necessário, bem como proceder às eleições respectivas;

VI - eleger os representantes das Comissões nas quais o Departamento tiver representação;

VII - organizar, propor às Comissões e executar programas de pesquisa, de aperfeiçoamento didático, de cultura e extensão de serviços à comunidade;

VIII - deliberar sobre quaisquer assuntos que interessem ao Departamento e não sejam de competência de órgãos superiores;

IX - promover as atividades de docência, pesquisa e extensão pelo corpo docente nas áreas de competência do Departamento;

X - deliberar sobre os pedidos de colaboração de docentes para prestação de serviços; e

XI - deliberar sobre pedidos para o exercício de atividades visando à aplicação e difusão de conhecimentos.

## TÍTULO II

### DO ENSINO

#### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 15** - A EESC manterá cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão universitária em Engenharia.

§ 1º - A EESC poderá oferecer outras modalidades de ensino, consoante o disposto no Estatuto, no Regimento Geral da USP e na legislação complementar.

§ 2º - A EESC poderá ministrar disciplinas para cursos de outras Unidades da USP.

**Artigo 16** - O prazo máximo de integralização dos créditos para cada curso de graduação será de nove anos, sendo que casos excepcionais deverão ser examinados pela CG.





Secretaria Geral

**CAPÍTULO II**  
**DA GRADUAÇÃO**  
**SEÇÃO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 17** - A coordenação do ensino de graduação na EESC estará a cargo da CG.  
Parágrafo único - Cada curso será coordenado por sua respectiva Comissão de Coordenação de Curso (CoC).

**Artigo 18** - Cada curso terá um currículo aprovado pelo Conselho de Graduação (CoG), que estabelecerá o elenco de disciplinas obrigatórias e o número de créditos em disciplinas optativas.

**Artigo 19** - O currículo de cada curso deverá indicar a obrigatoriedade ou não da realização de créditos em disciplinas optativas.

Parágrafo único - O currículo de cada curso poderá prever a existência de ênfases propostas pelas respectivas CoCs e aprovadas pelos órgãos superiores da Unidade e pelo CoG.

**SEÇÃO II**  
**DA MATRÍCULA**

**Artigo 20** - Além do disposto no Regimento Geral da USP, no Regimento do Conselho de Graduação e nas suas Resoluções, o número total de créditos obtidos em disciplinas optativas, que sejam obrigatórias em curso ou em ênfases de curso diferentes daquele em que o aluno se encontra matriculado, não poderá ser superior a vinte por cento.

**SEÇÃO III**  
**DA COMISSÃO DE GRADUAÇÃO**

**Artigo 21** - A CG da EESC tem a seguinte constituição:

- I - um representante docente de cada uma das CoCs, a ser definido por elas;
- II - um representante da CON da EESC; e
- III - representação discente, correspondendo a vinte por cento dos membros docentes.



Secretaria Geral

**Artigo 22** - A CG elegerá, dentre seus membros docentes titulares, respeitados os §§ 5º e 6º do artigo 45 do Estatuto, seu Presidente e respectivo suplente, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

**Artigo 23** - Compete à CG, além das atribuições contidas no Regimento Geral e no Estatuto da USP, no Regimento do Conselho de Graduação e nas Resoluções emanadas do CoG:

- I – propor à Congregação as diretrizes para a Graduação na Unidade;
- II - julgar os pedidos de dispensa de cursar disciplinas, módulos ou eixos temáticos, após manifestação do Departamento e da CoC correspondente;
- III - coordenar as atividades referentes ao funcionamento dos cursos;
- IV – encaminhar anualmente solicitação de dotação orçamentária ao CTA;
- V – estabelecer os critérios de distribuição, entre as CoCs, da dotação orçamentária anual destinada pelo CTA;
- VI – encaminhar demonstrativo da aplicação dos recursos, ao final do ano, ao CTA;
- VII - realizar as funções a ela atribuídas, contidas no Título VI, Capítulo I deste Regimento; e
- VIII - exercer as demais funções que lhe forem atribuídas pelos órgãos superiores.

#### SEÇÃO IV

##### DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DE CURSOS (CoC)

**Artigo 24** – A composição das CoCs obedecerá o estabelecido nas normas vigentes na Universidade.

**Artigo 25** - Cada CoC elegerá, dentre seus membros docentes titulares pertencentes à EESC, o seu coordenador e respectivo suplente, bem como seu representante e respectivo suplente na CG.

Parágrafo único – O número de reconduções do mandato do coordenador e seu suplente será definido no Regimento da CoC respectiva.

**Artigo 26** - Compete às CoCs, além das atribuições contidas no Regimento do Conselho de Graduação e nas Resoluções emanadas do CoG:

- I - propor à CG os programas de ensino das disciplinas, módulos ou eixos temáticos ministrados em cada curso, ouvidos os Departamentos envolvidos, quando for o caso;



Secretaria Geral

II - propor à CG o conjunto de disciplinas, módulos ou eixos temáticos que compõe cada uma das ênfases, ouvidos os Departamentos envolvidos, quando for o caso;

III - enviar à CG, anualmente, relatório de suas atividades e de aplicação dos recursos recebidos, bem como o planejamento, com o orçamento correspondente, para o ano seguinte;

IV - analisar a pertinência do conteúdo programático de cada disciplina, visando promover a integração das diferentes disciplinas, módulos ou eixos temáticos que compõem o currículo;

V - promover o aperfeiçoamento constante do ensino, no que diz respeito à adequação curricular, melhoria e implantação de laboratórios didáticos, biblioteca e recursos didático-pedagógicos;

VI - aplicar os recursos destinados pela CG, de acordo com o orçamento elaborado;

VII - propor à CG, para os cursos regulares de graduação, os critérios e processo de ensino não presencial de cada curso, bem como eventuais módulos de ensino à distância, ouvidos os Departamentos envolvidos, quando necessário; e

VIII - exercer as demais funções que lhe forem atribuídas pelos órgãos superiores.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA PÓS-GRADUAÇÃO**

##### **SEÇÃO I**

##### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 27** – A EESC oferece cursos e atividades de pós-graduação, acadêmica e profissionalizante, nos termos da legislação superior.



Secretaria Geral

## SEÇÃO II

### DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

**Artigo 28** - A CPG será composta dos Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação a ela vinculados e da representação discente, nos termos das normas vigentes na Universidade.

§ 1º – Os Coordenadores dos Programas serão eleitos pelos orientadores credenciados, observado o disposto na legislação vigente.

§ 2º – A CPG elegerá, dentre seus membros docentes titulares, seu Presidente e respectivo suplente, observado o disposto na legislação vigente.

**Artigo 29** - Compete à Comissão de Pós-Graduação, além das atribuições contidas no Estatuto, no Regimento Geral da USP e no Regimento do Conselho de Pós-Graduação:

- I - propor à Congregação as diretrizes para a Pós-Graduação na Unidade; e
- II - exercer as demais funções que lhe forem atribuídas pelos órgãos superiores.

## TÍTULO III

### DA PESQUISA

#### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 30** - As propostas de convênio de pesquisa serão apreciadas pela CON.

**Artigo 31** - A EESC e seus Departamentos poderão promover a realização de Congressos, Simpósios e Seminários para estudos e debates, assim como facilitar o comparecimento dos pesquisadores em certames semelhantes.

#### CAPÍTULO II

#### DA COMISSÃO DE PESQUISA

**Artigo 32** - A CPq será composta por:

- I - um representante docente de cada Departamento, eleitos pelos Conselhos de Departamento; e
- II - representação discente, titular e suplente, correspondente a vinte por cento do total da representação docente, eleita por seus pares, dentre os alunos regularmente matriculados em cursos de pós-graduação da EESC.

Rua da Praça do Relógio, 109 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/Brasil  
CEP 05508-050 – Fone: 3032.0228 Fax: 3815.2741



Secretaria Geral

Parágrafo único - O mandato dos membros docentes será de três anos, permitida uma recondução.

**Artigo 33** - A Comissão de Pesquisa elegerá, dentre seus membros docentes titulares, seu Presidente e respectivo suplente, observado o disposto na legislação vigente.

**Artigo 34** - Compete à CPq, além das atribuições emanadas nas Resoluções do disposto no art. 13 do Regimento do Conselho de Pesquisa (CoPq):

- I - propor à Congregação as diretrizes de pesquisa para a Unidade;
- II - cadastrar e avaliar as atividades de pesquisa e a produção científica realizada na EESC;
- III - fomentar convênios de pesquisa;
- IV - promover e estimular a capacitação e as atividades de produção científica na EESC; e
- V - exercer as demais funções que lhe forem atribuídas pelos órgãos superiores.

## **TÍTULO IV**

### **DA CULTURA E EXTENSÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA COMISSÃO DE CULTURA E EXTENSÃO**

**Artigo 35** - A CCEEx será composta de:

- I - um representante docente e seu suplente de cada Departamento, eleitos pelo Conselho de Departamento; e
- II - representação discente, titular e suplente, correspondente a vinte por cento do total da representação docente, eleitos por seus pares, dentre os alunos regularmente matriculados em cursos de graduação da EESC.

Parágrafo único - O mandato dos membros docentes será de três anos, permitida a recondução e renovando-se, anualmente, a representação pelo terço.

**Artigo 36** - A CCEEx elegerá, dentre seus membros docentes titulares, seu Presidente e respectivo suplente, observado o disposto na legislação vigente.



Secretaria Geral

**Artigo 37** - Compete à CCEX, além das atribuições contidas no Estatuto, no Regimento Geral e no Regimento do Conselho de Cultura e Extensão Universitária da USP:

- I - propor à Congregação as diretrizes de cultura e extensão para a Unidade;
- II - executar programas de cooperação cultural e técnico-científica nas áreas definidas pelos Departamentos e Centros da EESC, em que detenha ou gere conhecimentos de interesse técnico e sócioeconômico; e
- III - exercer as demais funções que lhe forem conferidas por órgãos superiores.

## TÍTULO V

### DO CORPO DOCENTE

#### CAPÍTULO I

#### DA CARREIRA DOCENTE

#### SEÇÃO I

#### DOS CONCURSOS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR DOUTOR

**Artigo 38** – O concurso para o provimento do cargo de Professor Doutor far-se-á nos termos das disposições do Regimento Geral, publicando-se o edital no Diário Oficial do Estado.

**Artigo 39** – As disciplinas de que trata o §1º do art. 125 do Regimento Geral serão exclusivamente de graduação, sob responsabilidade de oferecimento do Departamento.

**Artigo 40** - O concurso referido no artigo 38 poderá ser feito em duas fases, devendo essa disposição constar do edital de abertura do concurso.

§ 1º – As provas para o concurso de professor doutor realizado em uma única fase constam de:

- I - julgamento do memorial, com prova pública de arguição – peso 4 (quatro);
- II - prova didática – peso 4(quatro); e
- III - prova escrita – peso 2 (dois).

§ 2º – As provas para o concurso de professor doutor realizado em duas fases constam de:

- I - prova escrita – peso 2 (dois);



Secretaria Geral

- II – julgamento do memorial com prova pública de arguição - peso 4 (quatro); e
- III - prova didática – peso 4 (quatro).

§ 3º – Se o concurso se processar em duas fases, a primeira será eliminatória e deverá consistir em prova escrita. Nesse caso, o candidato que obtiver nota menor do que 7,0 (sete), da maioria dos membros da Comissão Julgadora, estará eliminado do concurso.

§ 4º – As provas referidas nos §§ 1º e 2º serão realizadas conforme o disposto no Regimento Geral da USP.

§ 5º – Na prova de arguição, cada examinador poderá utilizar até trinta minutos para apresentar suas questões, cabendo ao candidato igual tempo para as respostas.

## SEÇÃO II

### DOS CONCURSOS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR TITULAR

**Artigo 41** - O concurso para provimento do cargo de Professor Titular far-se-á nos termos do Estatuto e do Regimento Geral, publicando-se o edital no Diário Oficial do Estado.

**Artigo 42** - O concurso para o cargo de Professor Titular consta das seguintes provas, com os respectivos pesos:

- I - julgamento de títulos - 4 (quatro);
- II - prova pública oral de erudição - 2 (dois); e
- III - prova pública de arguição - 4 (quatro).

**Artigo 43** - A duração mínima da prova de erudição será de quarenta, e a máxima de sessenta minutos.

**Artigo 44** - A prova pública de arguição destina-se à avaliação geral da qualificação do candidato, com atenção aos trabalhos publicados, linhas e projetos de pesquisas desenvolvidos, orientação de trabalhos técnicos e científicos, cursos ministrados, atividades didáticas, de extensão, de gestão acadêmica e produção técnica e artística.

Parágrafo único - Na prova de arguição, cada examinador poderá utilizar até trinta minutos para apresentar suas questões, cabendo ao candidato igual tempo para as respostas.



Secretaria Geral

### SEÇÃO III

#### DA LIVRE-DOCÊNCIA

**Artigo 45** - O concurso para a Livre-Docência far-se-á nos termos do Estatuto e do Regimento Geral, publicando-se o edital no Diário Oficial do Estado.

**Artigo 46** - As inscrições para a Livre-Docência na EESC estarão abertas para todos os Departamentos durante os meses de março e agosto de cada ano.

**Artigo 47** - As provas, para o Concurso de Livre-Docência, com os respectivos pesos, são as seguintes:

I - prova escrita - 2 (dois);

II - defesa de tese ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela - 3 (três);

III - julgamento do memorial, com prova pública de arguição - 3 (três); e

IV - avaliação didática - 2 (dois).

§ 1º - A critério da Congregação, por proposta do Departamento, poderá ainda ser realizada uma prova prática.

§ 2º - Caso seja efetuada a prova prática, o peso desta e o da prova escrita passarão a ser 1 (um).

§ 3º - Na realização da prova prática, será observado o disposto no item III, §1º do art. 40 deste Regimento.

§ 4º - A prova de avaliação didática constará de aula, em nível de pós-graduação, a ser realizada nos termos do disposto no art. 156 e seus parágrafos do Regimento Geral.

### TÍTULO VI

#### DO CORPO DISCENTE

#### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 48** - A constituição do corpo discente da EESC regular-se-á pelo disposto nos artigos 203 a 207 do Regimento Geral.





Secretaria Geral

## CAPÍTULO II

### DOS ALUNOS MONITORES

**Artigo 49** - Alunos monitores poderão ser admitidos pelos Departamentos para colaborar nas atividades de ensino de graduação, tendo como objetivos:

- I - auxiliar na preparação de material didático;
- II - auxiliar na correção de listas de exercícios e relatórios;
- III - acompanhar e auxiliar em práticas de laboratório; e
- IV - acompanhar e auxiliar em atividades de projeto da disciplina.

**Artigo 50** – As funções de monitor poderão ser exercidas por alunos matriculados nos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* da EESC, selecionados mediante análise do rendimento escolar.

Parágrafo único – Os Departamentos devem conduzir o processo de seleção.

**Artigo 51** - A EESC concederá bolsas para contemplar o exercício da função de monitor, sendo vedada a acumulação com qualquer outra bolsa, instituindo a alínea orçamentária específica.

**Artigo 52** - Caberá à CG, em função da demanda dos cursos e do orçamento disponível, estabelecer o valor da bolsa, visando atender ao máximo dos pedidos dos cursos.

**Artigo 53** - Quando o número de pedidos exceder ao número de bolsas, a CG estabelecerá os critérios de desempate, considerando:

- I - número de bolsas por curso;
- II - número de bolsas por disciplina;
- III - número de alunos por disciplina; e
- IV - número de alunos atendidos por monitor.

**Artigo 54** - A CG deverá acompanhar as atividades de monitoria, elaborando relatório anual a ser apresentado ao CTA.

**Artigo 55** - O Departamento fará a avaliação do monitor e fornecerá um certificado para documentar o exercício da função.



Secretaria Geral

### CAPÍTULO III

#### DA REPRESENTAÇÃO DISCENTE

**Artigo 56** - Poderão votar nas eleições para a representação discente junto aos órgãos colegiados da EESC os alunos regularmente matriculados em disciplina obrigatória de seu curso de graduação ou em programa de pós-graduação que diga respeito ao âmbito do colegiado respectivo.

§ 1º – No caso de alunos de graduação, conforme art. 224 do Regimento Geral, serão elegíveis para a representação discente junto aos órgãos colegiados da EESC os alunos regularmente matriculados que tenham cursado pelo menos doze créditos no conjunto dos dois semestres imediatamente anteriores.

§ 2º - Juntamente com o representante, será eleito o suplente.

§ 3º – Os Departamentos deverão indicar em seus regimentos a proporção de representação discente entre os cursos de graduação ou pós-graduação das áreas em que haja participação preponderante do Departamento, priorizando a representação de graduação.

### TÍTULO VII

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 57** - Todos os regimentos, sejam dos Conselhos dos Departamentos, dos Centros, das Comissões e dos Programas de Pós-Graduação, deverão ser aprovados pela Congregação.

**Artigo 58** - A reavaliação quinquenal das atividades docentes, conforme preceitua o Estatuto da USP, será realizada de acordo com normas a serem estabelecidas pela Congregação para cada processo de avaliação.

**Artigo 59** - As propostas de criação de núcleos de apoio com sede na EESC deverão ser aprovadas pela Congregação.

**Artigo 60** - As eleições das representações docentes e dos servidores técnicos e administrativos junto a colegiados da EESC serão disciplinadas por Portaria do Diretor, que deverá ser amplamente divulgada, com a antecedência mínima de trinta dias.

**Artigo 61** - A EESC terá uma Comissão de Biblioteca, integrada por:

- I - um representante de cada Departamento;
- II - um representante da CG;
- III - um representante da CPG; e



Secretaria Geral

IV – dois representantes discentes, eleitos pelos seus pares, sendo um de graduação e um de pós-graduação.

§ 1º - O representante citado no inciso I será indicado pelo Conselho do Departamento e homologado pela Congregação.

§ 2º - Os representantes citados nos incisos II e III serão indicados pelas respectivas Comissões e homologados pela Congregação.

§ 3º - As atribuições da Comissão de Biblioteca serão definidas no seu Regimento.

**Artigo 62** - Se, no prazo de trinta minutos, decorridos da hora estabelecida para abertura do Concurso, não estiverem presentes todos os membros da Comissão Julgadora, a reunião será adiada por prazo não superior a vinte e quatro horas.

**Artigo 63** - O presente Regimento poderá ser emendado a qualquer tempo, por deliberação da maioria absoluta dos membros da Congregação, entrando em vigor após aprovação do Conselho Universitário.

## TÍTULO VIII

### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

**Artigo 1º** – A Congregação, o CTA, os Departamentos, as Comissões referidas no art. 44 do Estatuto, os Centros e a Biblioteca, dentro do prazo de cento e vinte dias, a contar da vigência deste Regimento, deverão enviar à Congregação, para estudo e aprovação, os seus regimentos internos.